



Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências e Tecnologias

Requalificação do Espaço Público Urbano

Bairro dos CTT, Bom João em Faro

Dora Isabel dos Santos Cavaco

Projeto para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista

Trabalho efetuado sob a orientação de:
Professor Doutor Arquiteto Paisagista Desidério Batista

Requalificação do Espaço Público Urbano - Bairro dos CTT no Bom João em Faro

Declaração de Autoria de Trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referência incluída.

(Dora Isabel dos Santos Cavaco)

Copyright

Dora Isabel dos Santos Cavaco

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo seu amor e dedicação, sem a ajuda, apoio e sacrifício dos quais não teria sido possível chegar até aqui, a eles devo tudo o que sou hoje e o que continuarei a ser para o resto da minha vida. Obrigada por tudo.

Ao meu irmão, pelo amor, cumplicidade e amizade, e pelos sacrifícios que também teve que fazer por mim.

Ao meu orientador, Professor Doutor Arquiteto Paisagista Desidério Batista pelo incentivo, disponibilidade, atenção dispensada, dedicação e profissionalismo.

À Câmara Municipal de Faro pela oportunidade de realizar o estágio, muito especialmente à Arquiteta Paisagista Fausta Barbosa pelo apoio e atenção disponibilizada.

Aos meus amigos de longa data, pela amizade, apoio e incentivo que me deram ao longo de todos estes anos de amizade.

A todos aqueles que conheci durante estes anos de curso, e se tornaram especiais, pois além de colegas e amigos passaram a ser uma nova família.

A todos aqueles que entram ou passam pela nossa vida influenciando o crescimento pessoal e profissional, acrescentando conhecimento e experiência, essencial na formação social, profissional e humana de cada um.

Resumo

A expansão urbana e a constante necessidade de adaptação do espaço público urbano de forma a acompanhar as exigências da população contribuem para a degradação dos espaços que não apresentam uma capacidade de renovação e inclusão na realidade contemporânea. Sendo o espaço público um bem de usufruto coletivo, a sua requalificação é uma necessidade urbana que afeta a totalidade da população.

A valorização do espaço urbano está intimamente ligada ao seu desenho, tendo a componente física deste uma grande influência na comodidade com que são realizadas as atividades quotidianas, o que interfere no conforto dos cidadãos. Encarado como um ponto imprescindível nos parâmetros de avaliação da qualidade de vida, considera-se essencialmente o papel que os espaços verdes urbanos têm na melhoria daquela, interferindo a sua presença a vários níveis, dos quais se destaca o benefício que o contacto com ambientes naturalizados pode proporcionar, contribuindo para o equilíbrio psíquico e físico, melhorando a saúde e o bem-estar geral da população.

Neste contexto, surge a requalificação dos espaços exteriores do Bairro dos CTT, um espaço estética e funcionalmente pouco apelativo, o que o torna essencialmente num local de passagem e utilizado em grande parte como estacionamento.

A existência de inúmeras barreiras arquitetónicas ao longo de todo o espaço leva a uma preocupação acrescida na inclusão de novos métodos de construção que eliminem e/ou adaptem essas mesmas barreiras, de forma a garantir melhores acessos, incluindo a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, bem como uma fluidez de circulação, que facilite esta última por este espaço.

Ao longo deste trabalho, apresenta-se uma proposta de requalificação numa tentativa de devolver o espaço à cidade através de novas tipologias de espaços que constituam um local multifuncional, contemporâneo, dinâmico, ecológico, cultural e social, valorizando o seu passado, presente e futuro.

Palavras-chave: Espaço Público Urbano, Acessibilidade e Mobilidade, Requalificação, Bairro dos CTT.

Abstract

The urban development and the constant need of adaptation of public urban areas in a way that they can follow the demand of the populations have allowed the degradation of these areas that are not able to renovate and integrate by themselves in contemporary realities. Considering that the public surrounding is something to be used collectively, its requalification should be an urban priority that will affect the whole community.

The promotion of these urban surroundings is closely connected with their design; thus their physical component has a major influence on the convenience of the daily activities that take place there, which obviously interferes directly with the citizens' comfort. It is considered that this is a key element when evaluating the quality of life and also the role that urban green areas play and interfere at several levels with that quality of life, especially to what concerns the benefits of close contact with natural environments, which therefore allow both an improvement of its inhabitants' physical and psychological balance, improving consequently their general health and welfare.

In such a context comes up the urge to renew the exterior areas of the "Post Office Neighbourhood" (Bairro dos CTT), an ill-favoured area both aesthetically and functionally, which makes it only a passage through area used essentially as a car parking lot.

The countless architectonic obstacles existent along this area make it an added concern when interfering with the area; therefore, new methods of construction ought to be used in order to guarantee the removal and/or adaptation of such hurdles in the way of establishing an improvement in the access of reduced mobility individuals, as well as the flowing of circulation in the area.

Throughout this Thesis (Study/Investigation/Essay...), it is put forward a proposal of revitalisation of the "Post Office Neighbourhood" in an attempt to return this area to the city using renovated typologies able to transform it into a multifunctional, contemporary, dynamic, ecological, cultural and social environment dignifying its past, present and future.

Key-Words: public urban area; access of reduced mobility citizens, renewal, Post Office Neighbourhood (Bairro dos CTT).

Índice

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Índice de Figuras	12
Índice da Componente Prática.....	14
Lista de Abreviaturas e Siglas	15
<i>Capítulo I</i>	17
Introdução.....	18
<i>Enquadramento geral do tema</i>	18
<i>Objetivos</i>	21
<i>Metodologia</i>	22
<i>Capítulo II</i>	24
Espaço Público Urbano	25
<i>Requalificação do Espaço Público Urbano</i>	28
<i>Qualidade do Espaço Público Urbano</i>	35
<i>Acessibilidade no Espaço Público Urbano</i>	38
<i>Capítulo III</i>	46
Enquadramento Geográfico e Paisagístico.....	47
<i>Localização</i>	47
<i>Caracterização paisagística</i>	48
Unidades de paisagem – enquadramento na região natural.....	48
Enquadramento na envolvente	48
Análise Biofísica da Paisagem	50
<i>Clima/Microclima</i>	50
<i>Relevo</i>	51
<i>Hipsometria</i>	52
<i>Declives</i>	52

<i>Orientação e exposição do terreno</i>	53
<i>Vegetação</i>	54
<i>Análise Sensorial da Paisagem</i>	59
Enquadramento Histórico -Urbanístico e Socioeconómico.....	63
<i>Fases do crescimento urbano</i>	63
Séc. VIII a.C. – Séc. III a.C.....	63
Séc. III a.C. – Séc. VIII d.C.	64
Séc. VIII – Séc. XIII.....	65
Séc. XIII - Séc. XV	66
Séc. XV – finais do Séc. XVII	66
Séc. XVIII – 1ª metade do Séc. XIX	67
Finais do Séc. XIX – Inícios do Séc. XX.....	67
Segunda metade do Séc. XX - até à atualidade	68
<i>Evolução do espaço urbano objeto de estudo e intervenção: de Horta a Área residencial.</i>	72
<i>Capítulo IV</i>	74
Proposta de Intervenção	75
<i>Programa Base</i>	75
Estratégia conceptual.....	76
<i>Memória descritiva e Justificativa</i>	78
Condições prévias	78
Objetivos	79
Organização espacial.....	80
Modelação de terreno e Drenagem.....	84
Vegetação.....	86
Pavimentos e Elementos Construídos	88
Mobiliário Urbano e Iluminação Pública	89
<i>Capítulo V</i>	91
Conclusão.....	92
<i>Bibliografia</i>	96

<i>Anexos</i>	103
Anexo I.....	104
Anexo II.....	112

Índice de Figuras

Figura 1 -	A cidade e a Revolução Industrial	27
Figura 2 -	Centro da cidade de Faro - Anos 70	28
Figura 3 -	Centro da cidade de Faro - Anos 70	28
Figura 4 -	Centro da cidade de Faro - Atualidade	28
Figura 5 -	Centro da cidade de Faro - Atualidade	28
Figura 6 -	Corredor Ribeirinho do Fervença - Bragança	30
Figura 7 -	Corredor Verde da cidade de Pedreiras - Brasil	30
Figura 8 -	Corredor Verde - Porto Alegre - Brasil	31
Figura 9 -	Barreiras Arquitetónicas no EPU	38
Figura 10 -	Barreiras Arquitetónicas no EPU e Edifícios	38
Figura 11 -	Barreiras à circulação pedonal - predominância do automóvel	38
Figura 12 -	Barreiras à circulação pedonal - estacionamento automóvel	38
Figura 13 -	Rampa integrada em escadaria	40
Figura 14 -	Circulação pedonal sem barreiras	40
Figura 15 -	Localização da área de intervenção	45
Figura 16 -	<i>Melia azedarach</i>	52
Figura 17 -	<i>Nerium oleander</i>	53
Figura 18 -	<i>Euphorbia pulcherrima</i>	54
Figura 19 -	<i>Phoenix canariensis</i>	54
Figura 20 -	<i>Washingtonia filifera</i>	55
Figura 21 -	<i>Salix babylonica</i>	55
Figura 22 -	<i>Buxus sempervirens</i>	56
Figura 23 -	<i>Hedera helix</i>	56
Figura 24 -	Evolução urbana (séc. VIII a.C. - séc. III a.C.)	61
Figura 25 -	Império Romano	62
Figura 26 -	Evolução urbana (séc. III a.C. - séc. VIII d.C.)	62
Figura 27 -	Evolução urbana (séc. VIII - séc. XIII)	63
Figura 28 -	Evolução urbana (séc. XV - finais do séc. XVIII)	64
Figura 29 -	Evolução urbana (finais do séc. XIX - início do séc. XX)	65
Figura 30 -	Evolução urbana (finais do séc. XX)	66
Figura 31 -	Representação esquemática da estratégia conceptual	74
Figura 32 -	Plano Geral	78

Figura 33 - Estacionamento	
Figura 34 - Estacionamento	79
Figura 35 - Estacionamento	79
Figura 36 - Área de estadia	79
Figura 37 - Área de estadia/ Jardim de Quarteirão	80
Figura 38 - Hortas	80
Figura 39 - Área de estadia	81
Figura 40 - Alameda	81

Índice da Componente Prática

Análise e Caracterização da Área de Intervenção e Envolvente

- 1 - Localização
- 2 - Fases do crescimento urbano
- 3 - Contextualização urbana do Bairro
- 4 - Hipsometria
- 5 - Declives
- 6 - Orientação e exposição do terreno
- 7 - Vegetação
- 8 - Circulação automóvel e pedonal

Proposta de Intervenção

- 1 - Levantamento topográfico
- 2 - Plano geral
- 3 - Perfis
- 4 - Perspetivas
- 5 - Planta de demolições e remoções
- 6 - Planta de vegetação a eliminar, manter ou transplantar
- 7 - Planta de modelação e implantação altimétrica
- 8 - Planta de aterro e escavação
- 8a - Perfis de aterro e escavação
- 9 - Planta de implantação planimétrica
- 10 - Esquema de drenagem
- 11 - Plano de Plantação
- 12 - Esquema de rega
- 13 - Planta de pavimentos
- 14 - Planta de mobiliário urbano e iluminação
- 15- Pormenores

Lista de Abreviaturas e Siglas

AEA - Agência Europeia do Ambiente

APPLA - Associação Portuguesa de Planeadores do Território

CCPT - Comité Coordenador para a Promoção da Acessibilidade

CEFA - Centro de Educação e Formação Ambiental

D.R.E - Direção Regional da Educação

EPU - Espaço Público Urbano

FFH - Fundo de Fomento de Habitação

INE - Instituto Nacional de Estatística

INH - Instituto Nacional de Habitação

LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil

SNRIPD - Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

Capitulo I

Introdução

*“Uma mudança deixa sempre patamares
para uma nova mudança”*

Niccolo Maquiavel

Enquadramento geral do tema

O tema do presente projeto consiste na Requalificação dos Espaços Exteriores do Bairro dos CTT, um espaço localizado na zona do Bom João, na cidade de Faro. Este estudo resulta de uma proposta apresentada pela Câmara Municipal de Faro, entidade com a qual se colaborou na execução deste estudo. Esta proposta surge pelo elevado estado de degradação que se encontra presente neste espaço, existindo a necessidade de intervir de forma a devolver estes espaços aos utentes e à cidade.

A requalificação de espaços públicos urbanos (EPU) constitui uma temática atual e presente no quotidiano de qualquer cidade, pois a existência de diversos fatores que contribuem para a degradação destes espaços, leva a que deva ser permanente a preocupação com a qualidade dos mesmos. Uma vez que os espaços públicos correspondem a elementos constituintes e estruturantes da malha urbana e o seu usufruto e posse são de ordem coletiva, deve considerar-se a sua requalificação como um contributo para a melhoria quer da qualidade do ambiente urbano da qualidade de vida da população.

A valorização da necessidade de requalificação de espaços exteriores públicos, surge essencialmente com o emergir da consciencialização do valor destes espaços no quotidiano das populações, e na respetiva qualidade de vida, compreendendo a importância do sistema de EPU na organização e estruturação da cidade, mas também na sua vivência diária, pelo que os referidos espaços deverão ser fisicamente contínuos, mentalmente legíveis e ambientalmente saudáveis.

A requalificação do espaço urbano começou por ser uma necessidade dos centros históricos urbanos, uma área diferenciada da cidade, com problemas específicos. Estes correspondem à

cidade antiga, o que faz destes, espaços com um maior nível e intensidades de vivências, o que acaba por desencadear os primeiros fenómenos de degradação. Por outro lado o desenvolvimento da economia e da tecnologia, que surge em primeira instância na periferia das cidades promove fenómenos de abandono nos centros das cidades, assistindo-se ao facto de grande parte da população procurar novos locais para viver, exatamente nas periferias urbanas, consentâneos com um novo estilo de vida. Motivados não só pelo desenvolvimento periférico como pela lotação que os centros comportavam, essencialmente ao nível do tráfego e estacionamento congestionado, procurando novos locais mais recatados e de maior proximidade com a natureza¹.

Com a evolução dos aglomerados urbanos, foi necessário estender a requalificação a outros pontos da cidade, cujo desenvolvimento é mais recente na história da cidade. Qualquer espaço público caracterizado pela falta de dinâmica e renovação não acompanha as alterações sociais que se desenvolvem ao longo do tempo, e acabam por perder a sua identidade, fenómeno motivado pela falta de identificação da população com estes locais. Neste sentido passa a haver uma procura de novos espaços para habitar que ofereçam abrigo, tranquilidade e conforto, de acordo com as suas necessidades e com os quais se identifiquem, espaços com características contemporâneas². Razão pela qual, os espaços com os quais a população não se identifique são alvo de abandono, perdem a vitalidade desejada, passando a constituir apenas locais de passagem.

É possível contrariar este processo através da requalificação destes espaços, devolvendo-lhes a identidade que perderam, é-lhes permitido que renasçam como espaços atrativos e com os quais a população estabeleça novos vínculos.

O espaço público deve manter-se em constante renovação, de forma a acompanhar a evolução das exigências, necessidades e anseios da população. A conquista da qualidade num espaço é um processo que deverá evoluir, sucessivamente, no tempo, sendo que as propostas deverão incluir nas suas estratégias de intervenção um grande nível de flexibilidade e continuidade, de forma que este se adapte ao longo das gerações que vivenciarão o local³.

¹ CESUR, Centro de sistemas urbanos e regionais - *Métodos e técnicas para o desenvolvimento urbano sustentável*. Lisboa. Parquexpo.2007. Pág. 45

² BETTENCOURT, L. - *Espaços públicos e percursos de continuidade nas cidades contemporâneas. Cidades mais atractivas e vividas. O caso da cidade do Funchal*. Malha urbana n.º9. 2006. Pág.45

³ ALVES, F.M. - *Avaliação da qualidade do espaço público urbano*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 2003. Pág.13

Pretende-se com o presente caso de estudo, constitui um exemplo de um EPU onde não se verifica uma evolução de acordo com as necessidades atuais daqueles que o vivenciam, sendo o principal motivo que contribui para este facto, a falta de manutenção, numa intervenção anterior, que não foi suficientemente cuidada nem desenvolvida ao longo do tempo.

Ao perder a sua identidade, o espaço sofre uma utilização desadequada, que se verifica sobretudo pela ocupação excessiva de veículos automóveis em locais cujo nível de suporte de estacionamento é quase, ou mesmo, nulo.

Esta situação leva à necessidade de equacionar uma proposta que requalifique o espaço numa tentativa de melhorar a sua qualidade, e por conseguinte a melhoria da qualidade de vida da população que deste usufrui, bem como da relação que se pretende estabelecer com os espaços envolventes e a cidade.

Em intervenções mais antigas, não se verifica a preocupação em inserir elementos que permitam o acesso a indivíduos com mobilidade reduzida. A acessibilidade é uma componente da evolução do EPU, uma vez que a preocupação com esta temática é relativamente recente. Nos espaços exteriores do Bairro dos CTT a acessibilidade e a mobilidade universal não está contemplada verificando-se a existência de diversas barreiras arquitetónicas que impedem o acesso e circulação ao longo do espaço, o que leva a que esta seja umas das principais temáticas de análise no desenvolvimento deste projeto de requalificação.

Atualmente, a acessibilidade e a mobilidade é abrangida pela legislação vigente, o decreto leio 163/2006 de 8 de Agosto, que estabelece normas de desenho e construção, com o objetivo de criar espaços públicos urbanos cuja qualidade supere os espaços condicionados por barreiras arquitetónicas determinantes na exclusão dos indivíduos com capacidades reduzidas de mobilidade.

Pelo que se pretende uma reflexão em torno das questões da acessibilidade, bem como dos espaços públicos urbanos e da sua qualidade, entendendo-se como fundamental enquanto estratégia de requalificação do espaço sobre o qual se irá intervir.

Objetivos

No presente trabalho estabelece-se um objetivo principal, a partir do qual se desenvolvem dois conjuntos de objetivos secundários, tendo-se com esta estruturação a pretensão de constituir um processo coeso e organizado.

Tem-se como objetivo principal a apresentação de uma proposta de requalificação e valorização dos espaços exteriores do Bairro dos CTT de forma a devolver ao local a identidade que este perdeu ao longo do tempo, devido à degradação a que tem vindo a ser exposto. Desta forma pretende-se dar respostas às necessidades específicas e diferenciadas dos utentes, retomando uma interligação do bairro com a cidade, e da população com a sociedade.

Propõe-se atingir o estipulado objetivo principal, através de dois conjuntos de objetivos secundários, resultantes das diversas etapas intermédias que se encontram relacionados com o desenvolvimento de uma componente teórica de análise e reflexão sobre os temas propostos para o estudo da área de intervenção, e de uma componente prática, que corresponde ao desenvolvimento de uma proposta de intervenção, que completará o processo.

Os objetivos que se pretendem num primeiro ponto de desenvolvimento, dizem respeito ao enquadramento e compreensão da problemática da requalificação dos espaços exteriores urbanos degradados, através da inventariação de referências relacionadas com a temática em estudo. Para além da abordagem da temática da requalificação, bem como da qualidade do espaço público urbano, pretende-se uma abordagem sobre a acessibilidade e mobilidade no espaço público, numa perspetiva da aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo deste processo, no desenvolvimento da proposta. Inclui-se também a compreensão dos critérios que permitem avaliar um espaço público de modo a torná-lo mais eficiente e aprazível, bem como tomar conhecimento das disposições legais que se relacionam com a tipologia do local.

No que respeita à proposta têm-se como objetivos a identificação e caracterização da área objeto de estudo e intervenção, através da sua compreensão e relação com a envolvente. Devido à sua localização há a necessidade de uma análise da estrutura urbana e estrutura verde urbana envolvente, de forma a criar uma articulação entre estas, através da proposta de elementos que proporcionem um “*continuum naturale*” entre a Mata do Liceu e o Jardim da Alameda.

Após o cumprimento dos primeiros objetivos estipulados, pretende-se com a execução da proposta para a requalificação dos espaços exteriores do Bairro, realçar as potencialidades deste de modo a garantir a vivência do local, bem como a melhoria da qualidade de vida da população atual e futura, constituindo uma proposta que contribua para a sustentabilidade urbana.

Pretende-se também, a criação de ambientes de estadia, recreio, lazer e contemplação, bem como novas soluções de estacionamento, numa perspetiva de proporcionar um ambiente geral equilibrado e em resposta às necessidades dos utentes. A proposta deverá contribuir com novas soluções de acessibilidade, de acordo com o decreto-lei 163/2006 de 8 de Agosto, cujo objetivo se prende com a permissão do acesso a pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida temporária ou permanente, baseada em valores de segurança, comodidade, liberdade e independência dos indivíduos.

Por fim, requer-se a apresentação de uma proposta de intervenção que contemple a ligação entre o espaço edificado e não-edificado, num processo que deverá incluir uma determinada dinâmica e flexibilidade ao nível das opções e soluções projetuais que, respeitando a memória e contexto da área de intervenção, bem como dos valores e vínculos sociais dos seus utilizadores, permita que a proposta de desenho do espaço publico possa evoluir acompanhando a transformação natural da malha urbana onde se insere e a composição social da sua população.

Metodologia

O estabelecimento de uma metodologia permite realizar um estudo estruturado e organizado de forma coerente, de modo a possibilitar a concretização dos objetivos propostos.

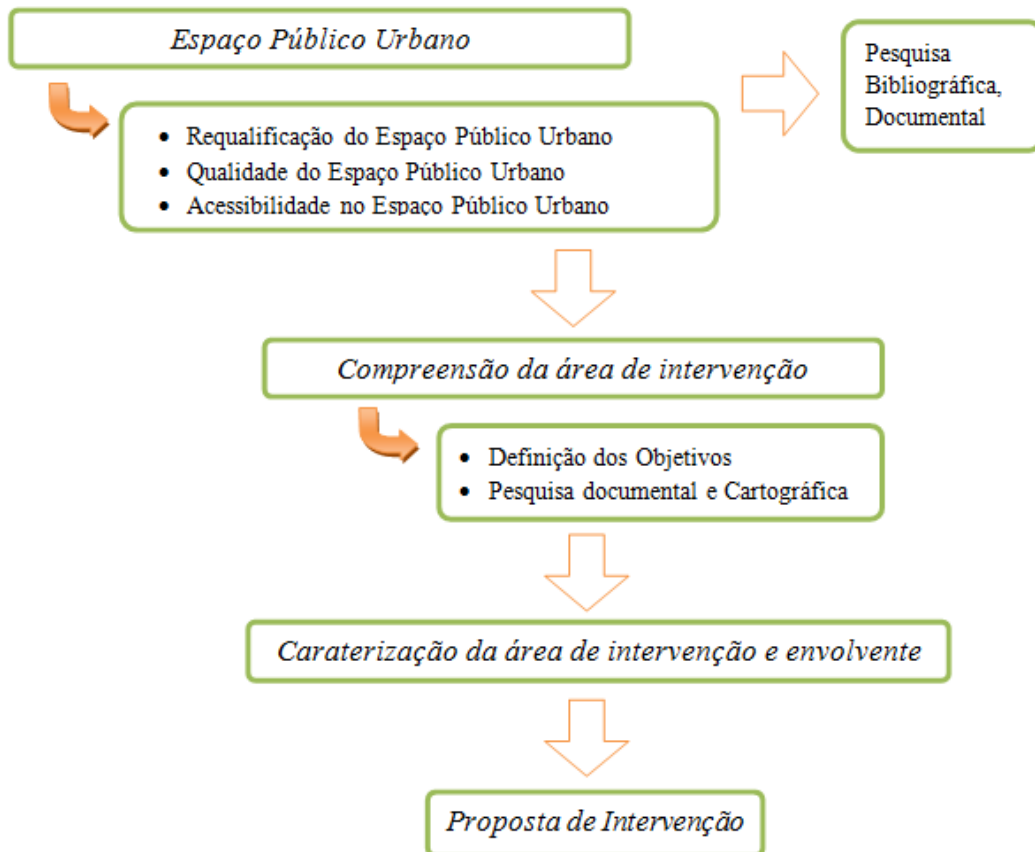
A metodologia desenvolvida, (Esquema 1), compreende duas fases, tendo-se num primeiro ponto o desenvolvimento de uma componente teórica, que envolve a recolha da informação necessária para o desenvolvimento do tema em estudo. Essa recolha envolve uma pesquisa bibliográfica e cartográfica, bem como uma revisão da mesma ao longo de todo o processo.

Como forma de enriquecer a proposta final inicia-se o processo de investigação com o desenvolvimento de um estudo base sobre os capítulos da requalificação e qualidade do

espaço público, assim como da acessibilidade no espaço público. O desenvolvimento destes temas ocorre numa perspetiva de aplicar no processo de projeto o conhecimento adquirido no desenvolvimento da investigação teórica.

Num segundo ponto, através da caracterização da área de intervenção e envolvente, garante-se uma compreensão a nível sociocultural, morfológica e de ocupação do território. Para o desenvolvimento da referida caracterização, estabelece-se uma análise da informação recolhida sobre o local e o espaço urbano onde se insere, quer a nível bibliográfico, cartográfico e fotográfico como também através de dados recolhidos em levantamentos realizados no local.

Na segunda fase pretende-se desenvolver uma estratégia de intervenção que se reflita na proposta de requalificação da área de estudo, com base no conhecimento adquirido em todo o processo anterior e de modo a dar resposta os objetivos estabelecidos previamente.



Esquema 1 - Metodologia de Intervenção

Capitulo II

Espaço Público Urbano

O espaço público é um constituinte elementar da malha urbana, sendo a cidade constituída por um sistema de espaços, entre os quais, ruas, praças, avenidas, jardins, parques e outros espaços de usufruto e posse coletiva que no seu conjunto a estruturam e organizam. Nestes desenvolve-se uma partilha cultural e social que permite um conjunto de relações entre cidadãos e entre estes e o próprio espaço.

Desta forma torna-se indissociável a evolução do espaço público da evolução da própria cidade. Desde o aparecimento das primeiras cidades, que é evidente a necessidade da existência de espaços exteriores de usufruto comum. Estando estas cidades ligadas ao campo, os espaços coletivos são constituídos essencialmente por praças e mercados onde se verifica a troca de produtos. O primeiro sistema de cidade, nas primeiras civilizações da Mesopotâmia, Suméria e Egipto, era constituído por duas partes distintas, correspondendo uma das partes ao edificado habitacional, rodeado por pequenos espaços privados, e pelo conjunto de monumentos entre os quais surgem também praças onde se verificam manifestações religiosas⁴.

Ao longo do processo evolutivo da cidade, os espaços públicos foram também alvo de uma evolução de acordo com a estrutura do aglomerado urbano, mas também com a sociedade que vive em diferentes épocas, de acordo com a cultura e vivências de cada período.

O sistema urbano que hoje temos constitui o resultado da evolução que a sociedade traduziu ao longo dos tempos nas cidades atuais, e é essencialmente através do espaço público que a cidade deixa transparecer aquilo que foram as experiências vividas na mesma.

A definição de espaço público urbano é um procedimento um tanto ou quanto complexo, essencialmente pelo facto de esta ser uma matéria cuja abordagem é estudo de várias disciplinas como o urbanismo, arquitetura e arquitetura paisagista, geografia urbana e cultural, leva ao confronto com diversas abordagens, inclusive do ponto de vista político, jurídico, sociológico e ecológico.

⁴ SANTOS, A. S. - *Qualidade do Espaço Público - crítica ao projecto de requalificação do largo de S. Francisco em Loulé*. Faro. Universidade do Algarve. 2005. Pág. 11

Considera-se do ponto de vista político o EPU como o espaço que permite a expressão coletiva de manifestações cívicas, encontro e intercâmbio quotidiano e visibilidade de vários grupos sociais, tanto à escala do bairro, como a nível da cidade, pois o espaço público como um lugar onde se exercem direitos e deveres, é um meio de acesso à cidadania, mesmo para aqueles que sofrem de algum tipo de marginalização. Sendo que se encontra suscetível a intervenções por parte dos organismos responsável pela sua gestão⁵.

Visto a nível jurídico, como um espaço submetido a uma regulamentação específica por parte de uma administração pública, titular da sua propriedade e domínio sobre o solo, o espaço público deverá garantir a acessibilidade a todos e fixar condições de utilização e atividades no mesmo⁶.

A nível cultural o EPU é considerado como um forte palco de manifestações históricas, símbolo da identidade coletiva. A dimensão cultural do espaço público não se limita à monumentalidade dos espaços construídos, mas sim ao conjunto do edificado, equipamentos, e infraestrutura da cidade. Liga-se também a uma imagem que permite aos cidadãos identificar-se com o seu passado e presente como uma identidade cultural⁷. Sendo que a partilha de cultura e de memória que estes comportam se convertem em costumes e tradições, que patenteiam a identidade de cada cidade.

Na sociologia o EPU é entendido como o lugar fundamental para a socialização, pois neste desenvolvem-se relações e processos de identificação por parte da sociedade com o espaço que os envolve, assiste-se ao contacto entre as pessoas, principalmente no ocorrer de festividades, expressões comunitárias, entre outras manifestações que envolvem a sociedade que compõe a cidade⁸, mas também no dia-a-dia nos encontros e relações quotidianas.

Os urbanistas definem o EPU, não só como o espaço residual entre o edificado e a rede viária, mas sim como o elemento organizador e central do urbanismo, seja qual for a escala do projeto urbano. Este é o organizador do território, que apresenta capacidades para suportar diversos usos e funções, apresentando-se como uma continuidade e diferenciação

⁵ BORJA, J.; MUXI, Z. – *Espacio Público – El Espacio Público: Ciudad y Ciudadania*. Barcelona. Electa. Pág.68

⁶ *Idem* Ibidem, Pág.44

⁷ *Idem* Ibidem, Pág.69

⁸ *Idem* Ibidem, Pág.46

simultaneamente, organizador do bairro, articulador da cidade e estruturador da malha urbana⁹.

Para o arquiteto paisagista, o EPU, objeto de intervenção deste, constitui a outra face do espaço edificado, e que com ele se envolve mutuamente¹⁰.

*"A Arquitetura Paisagista é a arte de ordenar o espaço exterior em relação ao homem."*¹¹. Sendo o campo de intervenção desta, todo o espaço que rodeia o homem¹², onde se inclui o EPU, espaços exteriores que se inserem no contexto urbano, cujo usufruto é coletivo. Também o urbanismo se ocupa do espaço exterior, podendo dizer-se que é *"o ponto de encontro entre a arquitetura e a arquitetura paisagista, e por isso não é de admirar que haja uma certa intersecção no âmbito da definição"*¹³, considerando-se a definição anteriormente descrita do urbanismo em relação ao EPU, como elemento organizador e articulador da cidade, um espaço com várias capacidades de suporte. Entre estas considera-se o papel fundamental do espaço coletivo como suporte da estrutura ecológica urbana, função que permite a presença e a integração da Natureza na cidade, com todos os benefícios que daí advêm para a melhoria da qualidade quer do ambiente urbano, quer de vida urbana.

Podem, então, considerar-se várias definições que melhor façam entender o conceito de EPU. Considerando o desenho urbano, de uma forma geral, pode aceitar-se que o espaço público urbano é todo o espaço exterior entre os edifícios, onde se circula, onde as pessoas se encontram, convivem, manifestam e onde se expressam. São geralmente policénicos, multifuncionais e simbólicos, são a diferença mais relevante de cada cidade¹⁴. Face à necessidade que se verifica atualmente entre aglomerados urbanos, em se afirmarem de forma a se diferenciarem e afirmar a sua identidade, os espaços públicos contribuem em grande escala para o alcance desse objetivo.

Estes são essencialmente espaços físicos, sociais e culturais. Estruturados e estruturantes das malhas urbanas, os espaços públicos funcionam como elementos da vivência cidadina e da respetiva vida social.

⁹ BORJA, J.; MUXI, Z. – *Espacio Público – El Espacio Público: Ciudad y Ciudadania*. Barcelona. Electa. Pág.68

¹⁰ MAGALHÃES, M. R. - *A Arquitetura Paisagista – Morfologia e Complexidade*. Lisboa. Editorial Estampa. 2001. Pág.197

¹¹ CABRAL, F.C. - *Fundamentos da Arquitectura Paisagista* - Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa 1993. Pág.25

¹² MAGALHÃES, M. R. - *A Arquitetura Paisagista – morfologia e complexidade*. Lisboa. Editorial Estampa. 2001. Pág.50

¹³ CABRAL, F.C. - *Fundamentos da Arquitectura Paisagista* - Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa 1993. Pág.40

¹⁴ BORJA, J.; MUXI, Z. – *Espacio Público – El espacio público: ciudad y ciudadania*. Barcelona. Electa. Pág.75

De acordo com uma visão mais demarcada pelo conceito de organização espacial urbana, tem-se a definição, que concebe espaço público como o palco sobre o qual o teatro da vida comum se desenvolve sendo as ruas, os largos e os espaços de uma cidade que dão expressão formal ao percurso e ao declínio das mudanças humanas. Esta abordagem que privilegia a efetivação do desenho urbano vai ao encontro de uma questão fundamental para a vivência urbana que se reporta à configuração de práticas de sociabilidade perduráveis e sólidas¹⁵.

A prática desses hábitos sociais diminui ou pode mesmo perder-se, quando ocorre o abandono dos espaços públicos, o que leva a que desenvolva uma multiplicação dos fenómenos de medo, insegurança, desconforto e conseqüentemente uma degradação do espaço por falta de uso ou por uso inadequado. Estes fenómenos somente serão quebrados mediante o desenvolvimento de políticas de segurança, preventivas, dissuasoras e repressivas, que tenham em conta a segurança e bem-estar dos cidadãos. A melhor forma de garantir a segurança nos espaços públicos consiste em aplicar estratégias que garantam o uso social dos espaços por parte de todos, de maneira a que este se mantenha um lugar agradável, assumindo que por vezes é necessário conciliar interesses e atividades contraditórias de forma a abranger o maior número de necessidades e exigências dos utentes.

Requalificação do Espaço Público Urbano

Desde o aparecimento das primeiras cidades que se tornou evidente a necessidade da existência de espaços coletivos e privados, e uma conseqüente distribuição dos mesmos, na organização da malha urbana. Mas é com as transformações que foram desencadeadas pelo desenvolvimento económico e crescimento demográfico, devido à diminuição do índice de mortalidade, verificado no séc. XIX, que a



Figura 1 - A cidade e a Revolução Industrial

Fonte: *Guerreiros da revolta*. 2008. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na internet: <http://guerreirosdarevolta.blogspot.pt/2008_09_01_archive.html>

¹⁵ MACHADO, A. – *Os Espaços Públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo '98* – Parqueexpo. Lisboa, Pág. 9

necessidade de repensar o planeamento urbano se torna mais evidente. Fenómeno que é essencialmente desencadeado pela Revolução Industrial, que se inicia no século XVIII em Inglaterra e se expande posteriormente por todo o mundo no século seguinte, o que altera significativamente a organização do espaço em geral, e das cidades em particular. (Figura 1)

No decorrer da "era industrial" desencadeia-se um crescente êxodo rural e consequentemente um desenvolvimento urbano, onde a principal preocupação se centra nas novas exigências que surgem e que se traduzem fundamentalmente em questões habitacionais, sanitárias e sistemas de transportes, mas há também as problemáticas ambientais e a falta de contacto com Natureza nas cidades, para as quais se procura dar resposta, essencialmente, através da integração de espaços verdes urbanos na tentativa de manter a ligação entre a cidade e o campo.

Paralelamente a este fenómeno expansionista assiste-se a uma crescente desvalorização económica, social e simbólica das áreas centrais e mais antigas das cidades, o que leva a que estes sejam os primeiros a necessitar de uma intervenção ao nível da requalificação dos espaços exteriores.

As áreas centrais das cidades são espaços tradicionais e culturais, em que as construções que ai se encontram tal como a população que ai reside são maioritariamente envelhecidas, é também aqui que se encontra uma grande variedade de usos e edifícios, de comércio e serviços, equipamentos e empregos, atraindo diariamente uma grande circulação de automóveis e pessoas. Esta grande afluência origina uma sobrecarga da sua capacidade, tráfego excessivo e estacionamento caótico, e que promove uma consequente perda da acessibilidade¹⁶.

Sempre que ocorre uma degradação, seja ao nível da malha urbana central ou de qualquer outro espaço da cidade que possa levar ao seu abandono ou o torne convidativo a atos de vandalismo ocorre uma diminuição do sentimento de segurança, diminuição das atividades económicas e utilização dos espaços com fins lúdicos.

¹⁶ CESUR, Centro de sistemas urbanos e regionais - *Métodos e técnicas para o desenvolvimento urbano sustentável*. Lisboa. Parquexpo.2007. Pág. 39, 45.

Fatores que contribuem para uma crescente escolha das periferias para habitar, e são a causa do empobrecimento e obsolescência dos centros urbanos, onde se torna urgente intervir no sentido de promover a reabilitação quer aos níveis físicos, sociais, como económicos¹⁷.

É sobretudo com a introdução do automóvel no quotidiano da vida da cidade que ocorrem grandes transformações, o impacto que o automóvel desperta revela-se na sobrecarga causada pela circulação e pelo estacionamento, o que leva a que ocorra uma alteração na forma como o espaço é vivido. (Figuras 2, 3, 4 e 5)



Figura 2 - Centro da Cidade de Faro - Anos 70
Fonte: *A defesa de Faro*. 2009. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na internet:
<<http://adefesadefaro.blogspot.pt/2009/03/anos-70-faro-e-praia.html>>



Figura 3 - Centro da Cidade de Faro - Anos 70
Fonte: *A defesa de Faro*. 2009. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na internet:
<<http://adefesadefaro.blogspot.pt/2009/03/anos-70-faro-e-praia.html>>



Figura 4 - Centro da Cidade de Faro - Atualidade
Fonte: *Hoteis.com*. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na internet:
<<http://pt.hoteis.com/ho230361/hotel-eva-faro-portugal/>>



Figura 5 - Centro da Cidade de Faro - Doca- Atualidade
Fonte: *Hoteis.com*. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na internet:
<<http://pt.hoteis.com/ho230361/hotel-eva-faro-portugal/>>

¹⁷ MAGALHÃES, A. – *Reabilitação Urbana – Experiências Precursoras em Lisboa*. Parqueexpo. Pág. 25

Durante aquele que foi o maior desenvolvimento nas zonas mais recentes das cidades, verifica-se que também os espaços verdes e locais de recreio e lazer acompanham essa deslocação, mas a procura da periferia da cidade, para além dos motivos referidos, relaciona-se com uma nova primazia por parte da população pelos locais de proximidade com a Natureza e ambientalmente favorecidos ¹⁸.

Devido aos fenómenos descritos ocorre conseqüentemente uma grande necessidade de requalificação e valorização, de modo a restabelecer a qualidade dos locais.

O processo de requalificação, deverá assentar em programas que estabeleçam a devolução ao local das componentes necessárias, para os tornar aprazíveis e restituir a sua identidade, para que estes voltem a despertar o interesse por parte da população.

A requalificação de espaços degradados, posteriormente ao fenómeno verificado nos centros das cidades, começou a ser alargada às restantes áreas da cidade, à medida que a degradação se faz sentir nos diversos espaços.

Assiste-se a uma tomada a consciência por parte da sociedade, em relação ao facto de que uma maior qualidade de vida assenta num espaço urbano ambientalmente saudável, considerando entre estes, lugares como espaços verdes de enquadramento, praças, parques, jardins, arruamentos entre outros, onde se desenvolvem as atividades do quotidiano ¹⁹. Motivo que leva a que os indivíduos se encontrem mais atentos às necessidades dos ambientes que os rodeiam, exigindo uma maior preocupação por parte das entidades competentes no sentido de manter cuidados todos os espaços, garantindo um nível de qualidade considerável, nos mesmos.

Cada vez mais, existe a necessidade de integrar espaços verdes na cidade, principalmente pela evolução a que a cidade tem assistido nos últimos tempos, sendo que atualmente a maior parte da população se centra nos grandes meios urbanos. A falta de proximidade com o campo é a principal causa dessa necessidade, sendo esta uma lacuna que deverá ser tida em consideração pelos programas de requalificação dos espaços públicos que integram a malha urbana ²⁰.

¹⁸ TELLES, G. – *Paisagem Global em Paisagem*, DGOTDU, Lisboa. 1997. Pág. 39

¹⁹ MANSO, A. - *Espaços Exteriores Urbanos Sustentáveis – guia de concepção ambiental*. Lisboa, Intervenção operacional renovação urbana. Pág. 11

²⁰ MAGALHÃES, M. R. - *A Arquitectura Paisagista – Morfologia e Complexidade*. Lisboa. Editorial Estampa. 2001. Pág. 119

Os espaços verdes urbanos têm sido tratados como um objeto secundário, quer à escala do ordenamento e planeamento urbano, quer à escala do projeto, utilizados frequentemente como "remate" das propostas de ocupação do solo, preenchendo espaços sobrantes, deixados livres pela construção do edificado e de infraestruturas. A falta de espaços coletivos espacialmente coesos e ambientalmente aprazíveis, constitui uma realidade desde a era industrial, que essencialmente pelo êxodo rural que se fez sentir, elevou a necessidade de recriar a presença da Natureza no meio urbano. Evoluindo o conceito de EPU, e a consciência da sua necessidade, ao longo dos tempos, é atualmente através do "*continuum naturale*" que se pretende que a paisagem envolvente penetre na malha urbana e assuma diversas formas e funções desde o espaço de lazer e recreio, enquadramento, proteção e integração de linhas ou cursos de água. Visando a recuperação do EPU a criação de novos espaços e a sua ligação, através de "corredores verdes" (Figuras 6,7 e 8) que permitam o "*continuum naturale*" garantindo um sistema contínuo de fauna e flora autóctone, estabilidade e equilíbrio do território ²¹.



Figura 6 - Corredor Ribeirinho do Fervença - Bragança

Fonte: Lala. 2010. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na internet: <http://www.minube.pt/sitio-preferido/corredor-verde-do-fervenca-a159655>



Figura 7 - Corredor Verde na Cidade de Pedreira - Brasil

Fonte: *Mercados do Futuro*. 2012. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na internet: <http://www.mercadosdofuturo.com.br/cultura-digital-em-campinas/>

²¹ MAGALÃES, M. R. - *Espaços Verdes Urbanos*. DGOT. Lisboa 1992. Pág.9, 11, 13



Figura 8 - Corredor Verde - Porto Alegre - Brasil
Fonte: Araraquara. 2010. [consultado em 25/11/2012]. Disponível na internet: <http://www.araraquara.com/noticias/cidade/2011/12/18/bulevar-dos-oitis.html>

Segundo a Agência Europeia do Ambiente (AEA), grande parte da população encontra-se a viver nas áreas urbanas, num número muito superior ao das áreas rurais. A Europa é um dos continentes mais urbanizados, em que cerca de 75% da população vive nas cidades e prevê-se que estes números aumentem para 80% em 2020. Por este motivo, a procura de lotes no interior e na periferia das cidades poderá transformar-se num grave problema, sendo que existe a necessidade de salvaguardar o ambiente urbano de forma a responder às necessidades da população²². Para a concretização dessa salvaguarda do ambiente urbano, é considerada a requalificação dos espaços exteriores como um dos pontos principais, para garantir uma maior qualidade de vida da população, por se poder proporcionar a existência de espaços aprazíveis de serem vividos, que melhorem a qualidade visual e ambiental, tanto numa grande, como pequena escala.

Verifica-se uma alteração da sociedade para um modo de vida cada vez mais individualista, mas apesar desta tendência o ser humano é por natureza um ser sociável, que mantém a necessidade de se relacionar entre si. Essas interações desenvolvem-se numa primeira instância nos espaços públicos urbanos, locais de encontro e de relação, pelo que, para que tal aconteça estes espaços deverão ser pensados de maneira a corresponder a essas funções de sociabilização²³.

A requalificação dos espaços públicos urbanos ocorre necessariamente, pelo facto destes sofrerem constantemente alterações, estimuladas quer por fatores naturais como antrópicos, o que leva a que ao longo do tempo venham a revelar diversas problemáticas. Processo que desencadeia uma necessidade de requalificação, como modo de atribuição de novos valores,

²² AEA. 2011. *Sobre ambiente urbano*. [consultado em 20/05/2011]. Disponível na Internet: <<http://www.eea.europa.eu/pt/themes/urban/about-the-urban-environment>>

²³ FRANCISCO, M. - *Espaço público urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada*; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Lisboa. Pág.2

visuais e ambientais ao local intervencionado, o que pode ser necessário repetir ao longo do tempo, de forma a acompanhar a evolução do espaço, que por consequência acompanha a evolução da comunidade ²⁴.

Por vezes a necessidade de requalificação surge devido a falhas no método de projetar, como quando por vezes se assiste a uma falta de harmonia entre edificado e a envolvente, ou entre os utentes e o próprio espaço, o que desencadeia uma decrescente falta de qualidade. Isto acontece muito pelo facto de serem ignorados programas, técnicas, regras de composição e estética, razões e processos que se geram. Se o espaço não tiver a capacidade de acompanhar e de se adaptar ao longo dos processos de evolução, ocorre conseqüentemente uma falta de identificação por parte da comunidade em relação ao local, uma vez que a evolução dos modos de vida e da mentalidade dos indivíduos é constante, exigindo uma adaptação contínua destes, o que caso não se verifique pode levar ao abandono e posterior degradação de um espaço.

Na conceção de espaços contemporâneos, pretende-se que estes sejam singulares, significativos e com o intuito de servir a população residente e visitante, através de projetos cuja componente formal e estética seja significativa, correspondendo ao nível de exigência daqueles que irão usufruir destes espaços.

Conclui-se que os espaços públicos urbanos estão essencialmente relacionados com componentes de recreio, lazer e consumo, de acordo com os modos de vida urbanos mais recentes e as práticas de sociabilidade muito marcadas pela atualidade consideram-se muitos dos espaços públicos desenquadrados com a realidade atual. Se os espaços, não apresentam condições atrativas e não conseguem responder à atual forma de estar em público, torna-se necessário adaptar os espaços às necessidades da população, requalificando-os. É então possível fazer com que antigos espaços ofereçam na atualidade, aquilo que satisfaz a qualidade de vida da população ²⁵. Tendo em conta que existe um património e uma memória que os espaços comportam que têm que ser considerados.

Nem sempre é fácil a articulação entre passado e presente, uma vez que por norma ocorre uma falta de interligação entre espaços urbanos de épocas diferentes e, conseqüente, desarticulação com o espaço público urbano. Neste caso, prevê-se um maior esforço no desenvolvimento de

²⁴ ALVES F.M. - *Avaliação da qualidade do espaço público urbano*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 2003. Pág. 18

²⁵ FRANCISCO, M. - *Espaço público urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada*; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Lisboa. Pág. 4

análises e de programas que possam devolver ao local um papel de destaque na sociabilização urbana.

Nesta perspetiva, considera-se que “*o Espaço Público Urbano, enquanto parte de destaque da cidade, constituído, contemporaneamente por formas herdadas do passado mas igualmente por contributos recentes, combina com a noção de cidade como algo sempre inacabado e passível de mudança em prol de acontecimentos vários e necessidades novas, daí que pode, e deve, ser constantemente ajustado*”²⁶.

Para que a requalificação do espaço público corresponda aos níveis de qualidade de vida considerados como favoráveis, as propostas de requalificação devem ter presentes os objetivos ambientais a incorporar nas estratégias de planeamento urbano e territorial, que respeitem a vida sustentável das cidades ²⁷.

Há que ter em consideração que o espaço público deverá oferecer a todos a possibilidade de acesso a padrões de vida desejáveis. Salvar e melhorar a qualidade de vida pública é um aspeto primordial para garantir um desenvolvimento sustentável, considerando que a abordagem ecossistémica passa, ainda pela análise da gestão do espaço público urbano. Sendo este conceito o estudo da relação entre a saúde global do ecossistema e as atividades que o degradam, que resulta do desenvolvimento do método de MacHarg num aprofundamento da investigação no domínio da ecologia, resultando numa visão holística que integra novos pressupostos e melhor compreensão da perspetiva ecológica da paisagem ²⁸.

Qualidade do Espaço Público Urbano

Não existe uma fórmula, nem uma solução padrão a seguir para garantir a qualidade do espaço público urbano, pois cada espaço, e cada cidade, possui a sua identidade, que necessariamente deve ser mantida, permitindo que estes se afirmem e se diferenciem entre si.

Pelo que não se tem nenhum modelo universal para a integração e requalificação urbana, sendo que este é um procedimento complexo, que não se resume a uma boa ligação visual

²⁶ FRANCISCO, M. - *Espaço público urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada*; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Lisboa

²⁷ ALVES, F. M.- *Avaliação da qualidade do espaço público urbano*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 2003. Pág.292

²⁸ MAGALHÃES, M. - *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Lisboa. Editorial Estampa. 2001. Pág.264

entre as diferentes formas arquitetónicas, mas que passa também por uma integração funcional, continuidade plástica e pela relação do espaço com a morfologia urbana ²⁹.

O que se pode considerar é a possibilidade de apontar parâmetros que utilizados em novas conceções que resultaram de forma positiva, ou pelo contrário erros incidentes na execução de propostas, para que possam ser evitados.

Um espaço público define a qualidade de uma cidade, pois indica a qualidade de vida dos seus cidadãos, motivado pelo facto de toda a dinâmica social requerer uma base territorial, o que faz com que o espaço público se converta num fator primordial da realidade urbana ³⁰.

Para que um espaço tenha e mantenha a sua qualidade, deverá albergar um conjunto de características que satisfaça as exigências da sociedade onde se insere. Exigências essas, que se multiplicam a diversos níveis, sendo exemplo disso as necessidades ao nível do conforto, do envolvimento com o espaço ou do acesso ao mesmo, mas também em relação aos diferentes grupos sociais, e etários que compõem a população urbana.

O espaço público que seja considerado com um nível de qualidade notável, integra componentes que o tornam acessível a qualquer utilizador, independentemente da sua capacidade física, classe social, idade ou etnia, correspondendo a todas exigências referidas anteriormente.

Estes espaços devem ser beneficiados, com um desenho e manutenção que devem responder às necessidades e anseios dos utilizadores, devendo ser: justo, na medida em que deverá assegurar o direito de igualdade da população; significativo, de modo a que sejam estabelecidos laços com a comunidade local; formativo, para que simultaneamente, as funções de recreio e lazer se associem a funções didáticas, educativas e ocupacionais; e sustentável, na perspectiva que o espaço público deverá possibilitar um desenvolvimento naturalmente equilibrado ³¹.

Atualmente, considera-se que um espaço público com qualidade, para além dos pontos apresentados, contempla os objetivos ambientais que incorporem estratégias de planeamento e ordenamento do território urbano, como também intervenções urbanas ao nível local, que

²⁹ SANTOS, A. S. - *Qualidade do Espaço Público - crítica ao projecto de requalificação do largo de S. Francisco em Loulé*. Faro Universidade do Algarve. 2005. Pág. 39

³⁰ ALVES, F.M. - *Avaliação da qualidade do espaço público urbano*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 2003. Pág.300

³¹ *Idem* Ibidem, Pág.298,299

permitam um desenvolvimento urbano sustentável ou seja, o desenvolvimento a longo prazo da Natureza, como da Sociedade.

É de salientar a importância que as intervenções ao nível do espaço público acarretam no que respeita à vida sustentável das cidades, de modo a oferecer a todos, padrões de vida desejáveis, salvaguardar e melhorar a qualidade de vida pública.

Os espaços verdes urbanos enquanto espaços públicos urbanos contribuem de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida na cidade bem como para um desenvolvimento urbano sustentável, destacando-se em relação a outros EPU, no sentido em que foi referido anteriormente. Tal deve-se ao facto da sua estruturação e composição essencialmente por vegetação, contribuir não só para uma melhoria da qualidade atmosférica urbana, e para o equilíbrio do ciclo hidrológico bem como a preservação dos solos, mas também pelo facto de os espaços de uso coletivo suportarem uma biodiversidade elevada que mantém os ciclos de vida presentes no meio urbano.

Estes espaços são um dos principais suportes para atividades de recreio e lazer. Nestes para além das referidas funções ecológicas, salientam-se as funcionalidades sociais e psicológicas implícitas no efeito que o reencontro, presença, contemplação e interação com a Natureza podem desencadear no aumento da satisfação da população, bem como na melhoria da sua saúde.

Os espaços verdes urbanos para além de implementados entre o edificado, deverão organizar-se em corredores (corredores verdes) que ao percorrer a cidade deverão promover um “*contínuo natural que contribuirá para a criação duma Estrutura Global da paisagem, ligando a cidade e o campo*”³² garantindo a sustentabilidade ecológica e física do local, permitindo ainda a criação de linhas estruturantes na malha urbana. O conceito de contínuo natural foi consagrado na Lei de Bases do Ambiente (Decreto-Lei n.º11/87 de 7 de Abril – art.º. 5ºd) como sendo o sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte de vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território ³³.

A estes espaços encontram-se associadas um grande número de funções, de forma a garantir uma maior diversidade de oferta, e uma conseqüente maior utilização dos mesmos. Estes

³² MAGALHÃES, M. R. – *Paisagem Urbana e Interface urbano-rural em Paisagem*, DGOTDU, Lisboa. Pág. 109

³³ MAGALHÃES, M. R.- *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Lisboa. Editorial Estampa. 2001. Pág.384

espaços deverão ser pensados e desenhados para desempenhar eficazmente o papel para os quais foram desenvolvidos, assegurando a multifuncionalidade inerente à paisagem urbana, concretizando-se como espaços destinados à produção agrícola, (caso das hortas urbanas e sociais), à produção ambiental e patrimonial, e ao recreio, lazer e desporto.

A paisagem global, que pretende a integração harmoniosa e equilibrada entre os espaços urbanos e rurais, exige uma relação de equilíbrio entre o espaço natural e edificado de modo a que nenhuma das componentes prevaleça relegando a outra para uma posição secundária ou subsidiária, mas sim que constituam um todo. Um todo interligado e indissociável, onde o valor tomado pelas partes seja equiparado, numa presença e interação que as integre na malha urbana, constituindo uma obra de arquitetura paisagista que promova um desenvolvimento urbano articulado, onde se verifique o desenvolvimento de sistemas ecológicos sustentáveis e os sistemas agrícolas façam parte integrante de um novo modelo de cidade.

É de salientar que os espaços verdes constituem, ainda uma atenuante dos efeitos negativos que algumas infraestruturas provocam, no sentido em que a vegetação cria barreiras visuais que permitem a integração do ponto de vista estético. Por outro lado, provoca um maior conforto térmico, na medida em que a vegetação constitui um regulador climático que filtra os raios solares, regula temperatura e índices hídricos atmosféricos, bem como ainda possibilita a criação de barreiras sonoras e ao vento, minimizando a propagação destes, sendo a sua eficácia tanto maior quanto maior a densidade vegetativa existente. Podem ainda estabelecer um separador entre a circulação automóvel e pedonal, sendo que para além das funções referidas constitui também uma importante barreira de proteção visual e de conforto bioclimático.

Acessibilidade no Espaço Público Urbano

A acessibilidade define-se como sendo a capacidade que cada indivíduo tem de alcançar outras pessoas, atividades, recursos, serviços, informações ou locais, incluindo a quantidade e diversidade dos elementos que podem ser alcançados³⁴. A possibilidade de garantir o acesso de forma universal, tem vindo a ser trabalhado no planeamento das cidades, fenómeno que

³⁴ LYNCH, K. - *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa. Edições 70. 2007. Pág. 117

ocorre devido a diversos fatores, principalmente pelas inúmeras barreiras arquitetónicas que surgem e que fazem desta temática, uma preocupação atual.

Grande parte das cidades sofre atualmente grandes transformações. Este facto, marca uma nova condição urbana, que se traduz no facto de os aglomerados urbanos se expandirem incessantemente face aos elevados fluxos que passaram a ocorrer desde a Revolução Industrial³⁵.

O processo de industrialização de que se falou anteriormente impulsiona, não apenas o crescimento urbano, essencialmente pela procura de melhores condições de vida, emprego e melhores salários, como também um crescimento demográfico, pois a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento tecnológico permitem, que a taxa de mortalidade se distancie da taxa de natalidade, diminuindo essencialmente a mortalidade infantil. Durante este período verifica-se ainda o desenvolvimento dos meios de comunicação, com a introdução de meios de transporte mecanizados (inicialmente a locomotiva a vapor) foi possível transportar mercadorias e pessoas num tempo mais curto, sendo que para que tal facto fosse possível foi necessário introduzir novas vias de comunicação. A rapidez com que ocorrem estas transformações levam a que ocorra uma falta de controlo sobre o crescimento urbano e das infraestruturas, tal como a desvalorização das formas tradicionais das infraestruturas construídas até então, o que leva ao desenvolvimento de problemas que afetam os centros urbanos, verificando-se o seu crescimento descontrolado e desorganizado, que causa problemas e desequilíbrios que em alguns casos dificilmente terão um retorno possível³⁶.

As indústrias que nascem no século XIX são afastadas das áreas residenciais, sobretudo por apresentarem níveis de poluição bastante elevados. Por consequência, ocorre a necessidade de um movimento constante que passa a ser feito essencialmente através da utilização do veículo privado³⁷. Razão que contribui para o aparecimento de uma rede viária congestionada e uma agressividade na estrutura urbana que contribui para a desorganização do espaço público aumentando as barreiras urbanísticas e dificultando a mobilidade e acessibilidade³⁸.

O fenómeno referido é, segundo opinião partilhada por vários autores, a causa daquilo que atualmente se verifica na maioria das cidades, que cresceram sem ponderar qualquer tipo de

³⁵ TELES, P. - *Os Territórios (Sociais) da Mobilidade - um desafio para a Área Metropolitana do Porto* - Porto. Pág.34

³⁶ BENEVOLO, L. - *Historia da Cidade* - Editora Perspectivas, 3ª edição. São Paulo 2001. Pág. 551 e 552

³⁷ CESUR - Centro de Sistemas urbanos e regionais; *Métodos e técnicas para o desenvolvimento urbano sustentável*; Parqueexpo; Lisboa; pág. 71

³⁸ MAGALHÃES, M. R.. - *Paisagem Urbana e Interface urbano-rural em Paisagem*, DGOTDU, Lisboa. Pág. 99

difficuldade na acessibilidade, quer no espaço público quer no interior edificado, afastando cada vez mais a deslocação a pé, de bicicleta e em transporte público do seio das cidades, a favor do uso do automóvel particular.



Figura 9 - Barreiras Arquitetónicas no EPU

Fonte: Garcia, V. *Deficiente ciente*. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na Internet: <<http://www.deficienteciente.com.br/2010/08/falta-de-acessibilidade-dificulta.html>>



Figura 10 - Barreiras Arquitetónicas no EPU e Edifícios

Fonte: *Jornal de Noticias*. 2011. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na Internet: <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1771486>



Figura 11 - Barreiras à circulação pedonal - Predominância do automóvel

Fonte: *Ciência hoje*. 2010. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na Internet: <<http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=30455&op=all>>



Figura 12 - Barreiras à circulação pedonal - Estacionamento automóvel

Fonte: *Estacionamento Abusivo Socialmente Aceite*. 2007. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na Internet: <<http://menos1carro.blogspot.pt/49069.html>>

A acessibilidade é uma temática cuja preocupação é relativamente recente. Este conceito surge para designar a condição de acesso de pessoas com deficiência, na década de 40 do séc. XX. Mas só algumas décadas posteriores, ocorre uma tomada de consciência de que as barreiras arquitetónicas nos espaços urbanos e nos edifícios geram dificuldades de acesso, não só a pessoas portadoras de algum tipo de deficiência mas a um amplo leque de pessoas que de alguma forma se encontram condicionadas na sua mobilidade e na interação com o espaço físico³⁹.

Na década de 60 do mesmo século, ocorrem as primeiras retificações de forma a eliminar barreiras arquitetónicas. São realizadas experiências que decorreram em algumas universidades americanas, através da aplicação de novos métodos de construção em espaços exteriores, como estacionamento, mas também no interior dos edifícios em salas de aulas, bibliotecas, entre outros.

No seguimento do I Ano Internacional das pessoas deficientes decorrido em 1981, criado pelas Nações Unidas, surgem diversas tentativas para criar planos de ação de forma a alertar para novas opções de construção inseridas nos projetos e com o objetivo de eliminar barreiras e adaptar as existentes.

No seguimento deste, em 1985, a pedido do Departamento para a Ação a Favor das Pessoas com Deficiência da Comunidade Europeia., ocorre a realização de um estudo sobre a legislação e a prática da acessibilidade nos Estados Membros pelo Conselho Holandês das Pessoas com Deficiência, e em 1987 o CCPT Holandês (Comité Coordenador para a Promoção da Acessibilidade) lança um Manual Europeu desenvolvido, com critérios acordados e normalizados sobre acessibilidade, financiados pela Comissão Europeia e supervisionados por um grupo diretivo de peritos, provenientes de diversos países Europeus⁴⁰.

O progresso verificado, na preocupação e consciencialização da importância relativa da acessibilidade, deve-se em grande parte à existência de organizações de direitos humanos, cujo objetivo é a melhoria e proteção dos interesses gerais, individuais e coletivos das pessoas com deficiência, implementando a obrigatoriedade de cumprimento de determinadas regras de construção que permitam a criação de espaços acessíveis. É então a partir desta altura que se

³⁹ SASSAKI, R. 2006. *O Conceito de Acessibilidade*. [Consultado em 30/11/2010]. Disponível na Internet: <<http://www.bengalalegal.com/romeusasaki#301>>

⁴⁰ *Idem* Ibidem.

verifica o pico de desenvolvimento nesta área, sendo mesmo as associações e organizações que tomam o lugar de fiscalizadoras e beneficiárias das coimas aplicadas em caso de incumprimento ⁴¹.

É posteriormente na década de 90 que a aplicação das novas regras de construção, algumas já incluídas em legislação, começam a fazer-se sentir verdadeiramente, e a constituir uma preocupação de uma forma generalizada, sendo tida em consideração que não só os indivíduos com mobilidade reduzida são alvo de dificuldades de acesso, sendo que devido, principalmente ao congestionamento que se faz sentir em determinados espaços da cidade, nomeadamente o congestionamento automóvel e estacionamento, impossibilitam a circulação de forma segura e eficaz.

Em Portugal, surge em 1997 o Decreto-Lei 123/97, de 22 de Maio, onde “são aprovadas as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente através da supressão das barreiras urbanísticas e arquitetónicas nos edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública. As normas técnicas aprovadas aplicam-se a todos os projetos de instalações e respetivos espaços circundantes da administração pública central, regional e local, bem como dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos. Aplicam-se igualmente a projetos de edifícios, estabelecimentos e equipamentos de utilização pública e via pública” ⁴².

A progressiva eliminação das barreiras urbanísticas e arquitetónicas, tem como maior objetivo, permitir às pessoas com mobilidade reduzida o acesso a todos os sistemas e serviços da comunidade, através de condições para o desenvolvimento de uma cidadania plena, princípios de igualdade, melhoria na qualidade de vida, através da criação de EPU com maior qualidade, acessível a todos os cidadãos independentemente da sua condição.

⁴¹ Decreto-Lei n.º163/06 de 8 de Agosto. D.R. I Série n.º 152 (2006-08-08). 5670-5689

⁴² Decreto-Lei 123/97 de 22 de Maio. D.R. I-A Série n.º 118 (1997-05-22). 2540-2544



Figura 13 - Rampa integrada em escadaria

Fonte: Prado, E. 2010. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na Internet: <<http://elisaprado.com.br/blog/2010/08/escada-rampa/>>



Figura 14- Circulação pedonal sem barreiras - Murtosa

Fonte: Murtosa Ciclável. 2011. [Consultado em 25/11/2012]. Disponível na Internet: <<http://www.murtosaciclavel.com/pt/pagina/29>>

Na tentativa de sensibilizar a população para as dificuldades que são vividas pelos indivíduos com algum tipo de incapacidade, surgem diversas campanhas, como ocorreu em 2003, Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, promovido pela União Europeia. Este surgiu com o objetivo de fazer avançar um programa político que aspira à plena integração das pessoas com deficiência na comunidade. Teve-se como pretensão que este constituísse mais um passo para a compreensão global da vivência das pessoas com necessidades especiais. Para que tal seja possível foram desenvolvidas ações, como encontros, manifestações, conferências, campanhas de informação e promoção, entre outros, de modo a “sensibilizar a opinião pública para o direito das pessoas com deficiência e para a proteção contra a discriminação”⁴³.

Em 2006, são introduzidas num novo decreto-lei “inovações substanciais no ordenamento jurídico-administrativo, através das correções das insuficiências observadas no Decreto-Lei 123/97, de 22 de Maio, e da melhoria dos mecanismos fiscalizadores, dotando-os de uma maior eficácia sancionatória, do aumento dos níveis de comunicação e de responsabilização dos diversos agentes envolvidos nestes procedimentos, bem como da introdução de novas soluções, consentâneas com a evolução técnica, social e legislativa entretanto verificada”⁴⁴.

De acordo com o Guia das Acessibilidades 2006, o decreto-lei do mesmo ano vem colmatar as lacunas verificadas anteriormente no decreto-lei de 1997. É constatada numa primeira instância a insuficiência das soluções proposta por este, e também uma fraca eficácia

⁴³ União Europeia. [Consultado em 29/11/2010]. Disponível na Internet: <http://europa.eu/index_pt.htm>

⁴⁴ Decreto-Lei n.º163/06 de 8 de Agosto. D.R. I Série. n.º 152(2006-08-08). 5670-5689

sancionatória, sendo que eram apenas impostas algumas coimas de fraco valor, o que fazia com que se permitissem na sociedade portuguesa as desigualdades impostas pela existência de barreiras arquitetónicas e urbanísticas. No que respeita à fiscalização são introduzidos novos mecanismos com uma maior eficácia sancionatória, bem como a responsabilização dos diversos agentes envolvidos nestes procedimentos, e a introdução de novas soluções, ajustadas com a evolução técnica, social e legislativa entretanto verificada.

O novo decreto propõe, em suma, soluções de forma a constituir uma continuidade com o anterior, com o intuito de corrigir as imperfeições constatadas, melhorando os mecanismos, bem como os níveis de comunicação e de responsabilidade.

A promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida da população. Sendo esta, um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conseqüentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito.

São, assim, atribuídas ao Estado, ações cuja finalidade seja garantir e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, ou seja, pessoas que se confrontam com barreiras impeditivas de uma participação cívica ativa e integral, resultantes de fatores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional.

Do conjunto das pessoas com necessidades especiais fazem parte pessoas com mobilidade condicionada, isto é, não só indivíduos com algum tipo de deficiência, física ou mental. Devem então considerar-se as pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, quer seja esta incapacidade a curto ou a longo prazo, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como indivíduos com incapacidade visual ou auditiva, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como grávidas, crianças e idosos ⁴⁵.

O cumprimento das normas implícitas na lei, mais o acompanhamento de guias estabelecidos pelas organizações públicas e privadas, tanto a nível nacional como europeu (p.e. SNRIPD,

⁴⁵ Decreto-lei n.º163/06. D.R. I Série n.º 152(2006-08-08). 5670-5689

APPLA, LNEC, INH e CEFA), levam à existência de cidades mais acessíveis e com maior qualidade de ambiente urbano, tornando-se cidades mais competitivas no contexto regional, nacional e internacional.

A aplicação das normas estabelecidas, permite construir EPU cuja qualidade supera os espaços condicionados por barreiras arquitetónicas, pelo que estas são consideradas normas determinantes na inclusão de todos os indivíduos que constituem a sociedade onde estes EPU se inserem. O estabelecimento das referidas regras permite a igualdade social associada à possibilidade de usufruto pela globalidade da população em espaços que assentam numa base de interligação entre os indivíduos que compõem a sociedade.

As propostas estabelecidas atualmente assentam obrigatoriamente no cumprimento das normas estabelecidas pelo decreto-lei divulgado em 2006, sendo alvo de exceção as obras cuja execução seja desproporcionadamente difícil, requeiram a aplicação de meios económico-financeiros elevados ou não disponíveis, ou ainda quando afetam sensivelmente o património cultural ou histórico, cujas características morfológicas, arquitetónicas e ambientais se pretendem preservar.

Estas exceções requerem a devida fundamentação, passando necessariamente por uma aprovação por parte das entidades competentes.

Apresentam-se sujeito a coima qualquer incumprimento, que seja considerado pelas entidades fiscalizadoras, sendo a responsabilidade atribuída a qualquer agente que tenha contribuído, por ação ou omissão dos factos, inclusive o projetista, o diretor técnico ou o dono da obra.

Capítulo III

Enquadramento Geográfico e Paisagístico

Localização

A área sobre a qual recai o presente estudo localiza-se na cidade de Faro, mais precisamente na zona sul desta cidade, onde surgem no decorrer do séc. XX as novas áreas residenciais. A referida cidade situa-se regionalmente no Sotavento Litoral Algarvio na zona costeira junto da Ria Formosa. Faro é a cidade capital de município e de distrito, sendo que o primeiro compreende uma área de 203,92 km², e uma população de 64 560⁴⁶, num total de 6 freguesias, Santa Bárbara Nexe, Estoi, Conceição de Faro, Montenegro, São Pedro e Sé, sendo que as últimas duas que compõem a cidade de Faro⁴⁷.

É na freguesia da Sé que se encontra localizada a área de intervenção, correspondente aos espaços exteriores do Bairro dos CTT, localizado no sítio do Bom João, a sul da Mata do Liceu e a norte do Jardim da Alameda.

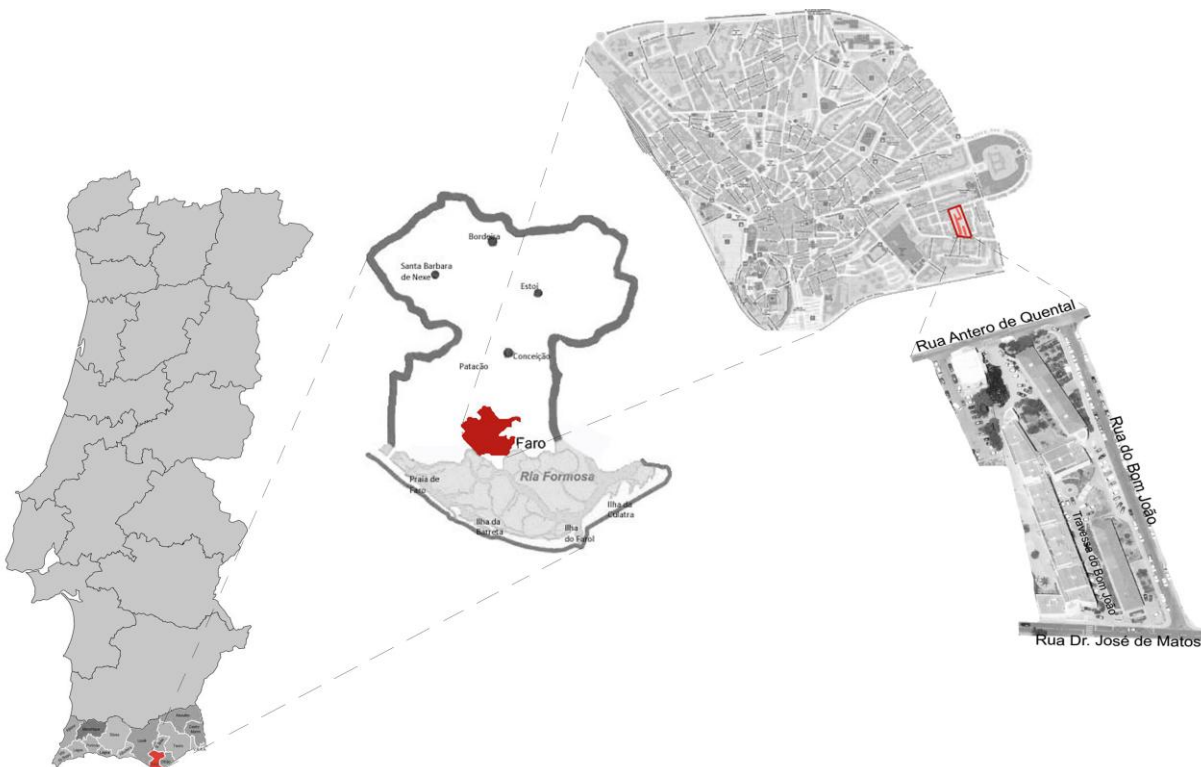


Figura 15 – Localização da área de intervenção

Fonte: Síntese da Autora. 2011

⁴⁶ INE 2012. Resultados Provisórios - Censos 2011. 2012. [Consultado em 08/10/2012]. Disponível na Internet: <http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes>

⁴⁷ Camara Municipal de Faro. 2011. [Consultado em 18/04/2011]. Disponível na Internet: < http://www.cm-faro.pt/portal_autarquico/faro/v_pt-PT/menu_turista/concelho/freguesias/>

Caracterização paisagística

Unidades de paisagem – enquadramento na região natural

A cidade de Faro insere-se, de acordo com o estudo do professor Alexandre Cancela de Abreu - Identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental, na Unidade de Paisagem 127 – Ria Formosa, cujos limites são essencialmente coincidentes com o Parque Natural da Ria Formosa, a qual ocupa a maior parte do Litoral do Sotavento Algarvio, sendo os principais centros urbanos integrantes nesta área Faro, Olhão e Tavira ⁴⁸.

Esta unidade apresenta uma identidade forte, pela presença do mar e de uma extensa zona húmida, bem como uma riqueza biológica que culmina em características pouco frequentes no panorama nacional, o que justifica a sua classificação como área protegida, Parque Natural da Ria Formosa ⁴⁹.

Caracterizando a área em estudo, de acordo com a sua envolvente imediata e atendendo às suas características biofísicas e culturais, a área de intervenção insere-se na paisagem urbana de Faro.

Enquadramento na envolvente

A área de intervenção insere-se numa envolvente urbana, quase na sua totalidade residencial, próximo da qual se encontram diversos equipamentos de serviço público, como Direção Regional de Educação do Algarve (D.R.E. Algarve), Conservatório Regional do Algarve, Escola Secundária João de Deus (Liceu), Ministério da Justiça, Escola Secundária Tomás Cabreira, Biblioteca Municipal, entre outros. Entre os quais a área de intervenção pode constituir um local de passagem.

No que respeita aos espaços verdes da cidade, considera-se o Jardim da Alameda e a Mata do Liceu os espaços verdes de maior significado e importância nesta cidade. A área em estudo localiza-se num ponto intermédio entre estes dois espaços que se encontram relativamente perto, podendo constituir um ponto de conexão entre eles e, deste modo, contribuir para a definição da estrutura verde urbana de Faro.

⁴⁸ ABREU, C. – *Contributos para a identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* – Volume V. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004

⁴⁹ Idem, *Ibidem*.

É ainda de considerar a proximidade relativa com a Ria Formosa, com a qual apesar de não se manter uma relação visual a partir do próprio espaço, devido à edificação cuja construção em altura impede que esta se estabeleça, mantém-se a noção da sua proximidade através do leve odor a maresia que se faz sentir no local.

Classificação do edificado

Em arquitetura é comum classificar o tipo de edificado segundo um conjunto de propriedades que sejam comuns entre edifícios de forma a diferenciar grupos de acordo com os parâmetros que se pretendem classificar ⁵⁰.

Podem considerar-se diversos tipos e tipologias do edificado entre os quais se podem destacar de forma generalista as seguintes classificações ⁵¹.

Formas de residência – classifica-se desta forma dois tipos de edificado, sendo estes a *Habitação Unifamiliar*, onde se incluem as casas que isoladas ou agrupadas na constituição da malha urbana, que albergam uma família ou indivíduo; e *Habitação Multifamiliar*, estas compreendem um conjunto de habitações que permite a habitação de diversas famílias ou indivíduos.

Construção urbana – têm-se nesta categoria diversos tipos que se classificam de acordo evolução histórica da construção, sendo a classificação relacionada com o período em que ocorre a construção do edifício, como os períodos de Arquitetura Clássica, Romana, da Idade Média, do Neoclássico, Crescimento urbano e transformações tipológicas do século XIX e o Movimento Moderno

Edifícios públicos e privados – a diferenciação entre construções públicas e privadas deve-se ao público a que se destina, incluindo nos edifícios públicos instituições como escolas, hospitais, autarquias, centros comerciais, parques desportivos, entre outros que alberguem funções de domínio público, sendo de índole privado os edifícios cuja propriedade é exercida por um indivíduo ou conjunto de indivíduos.

Na área objeto de estudo encontram-se três edifícios de habitação, dois dos quais compostos por três pisos, e um terceiro por quatro, construídos em meados do século XX com o

⁵⁰ OLIVEIRA, A.- Apontamentos da disciplina de *Tipologias de Construção*. Lisboa. Universidade Fernando Pessoa.

⁵¹ *Idem ibidem*

prepósito de constituir habitação a um grupo de trabalhadores da empresa CTT. De acordo com a sua constituição, construção, usos e funções, este edificado pode ser classificado como habitação multifamiliar, pertencente ao período de transição entre a arquitetura moderna e contemporânea, sendo o seu uso e função exclusivamente de habitação privada.

Na envolvente do espaço encontram-se na maioria edifícios com a mesma classificação, encontram-se alguns com espaços de usufruto público como cafés/restaurantes, lojas, escolas, entre outros equipamentos públicos de prestação de bens e serviços.

Análise Biofísica da Paisagem

A análise biofísica corresponde a um estudo relativo às componentes ecológicas da área onde se insere o espaço de intervenção, com o objetivo de apreender as características naturais do lugar, e da sua envolvente no que diz respeito ao clima, relevo, solo, vegetação entre outras linhas fundamentais que permitem perceber o funcionamento da região natural de modo particular, na sua interação com o espaço a intervencionar e o seu contexto urbano e natural.

Clima/Microclima

Para a análise na área de intervenção, considera-se de forma geral o que ocorre na região onde se insere, sendo que sempre que possível se focaliza esta análise de forma específica sobre a área de intervenção.

Procede-se a uma breve análise dos fatores climáticos que abrangem a cidade de Faro, e a uma breve análise bioclimática desta.

De acordo com as classificações climatéricas, Köppen-Geiger, o clima que caracteriza esta região, classifica-se como um Clima Temperado Mediterrânico – Csa, que se caracteriza por verões longos e quentes, e invernos amenos e curtos, temperaturas amenas ao longo do ano, numa média entre os 15,5 e 17,5°C, precipitação média, num total entre os 400 e 600mm anuais. No que respeita á insolação média anual apresenta valores superiores a 3.100 horas por ano, um dos valores mais altos que se registam no país ⁵².

⁵²CMF, 1995. *Plano Director Municipal de Faro*. Relatório. Volume II. Câmara Municipal de Faro (CMF). Faro. Pág..18

De acordo com os dados da estação meteorológica Faro/Aeroporto, os ventos dominantes nesta área são de orientação sudoeste e oeste. Registando-se ainda algumas brisas marítimas, que se caracterizam por ventos muito fracos ⁵³.

Na área de intervenção, a presença dos edifícios e da vegetação permitem a alteração de alguns fatores climatéricos, originando a presença de um microclima específico. A insolação e a radiação são fatores afetados, uma vez que se estabelecem grandes áreas de sombra, que variam ao longo do dia, bem como ao longo do ano, de acordo com o ângulo de obstrução solar causado pelas diferentes alturas solares que se verificam nas diferentes estações anuais.

No que respeita ao vento, por esta ser uma área composta quer por espaços fechados quer por corredores, de acordo com a velocidade do vento que se faça sentir pode verificar-se correntes de ar, como também a existência de espaços abrigados, variando consoante o local, velocidade e orientação dos ventos. Pelo facto de a edificação não estar orientada de acordo com a orientação dos ventos dominantes, este é geralmente um local abrigado.

Relevo

O relevo constitui um dos elementos naturais que mais condiciona a estrutura da paisagem ⁵⁴, este estabelece situações ecológicas muito distintas, caracterizadas pela distribuição irregular do solo, o que determina as aptidões e potencialidades das atividades humanas que podem ocorrer no território.

A cidade de Faro é constituída por três sistemas de morros, Alto Rodes, com uma cota máxima de 41m, Alto de Santo António em que a cota máxima atinge os 45m e Núcleo histórico cuja cota máxima de 8m ⁵⁵.

A área de intervenção localiza-se numa das encostas do Alto de Santo António, o que confere uma inclinação própria de acordo com esta localização, contudo ela própria apresenta um relevo que a caracteriza e diferencia da envolvente, apresentando na sua composição diversos taludes e espaços de declives intermédios entre os 6 e 8%.

⁵³CMF, 1995. *Plano Director Municipal de Faro*. Relatório. Volume II. Câmara Municipal de Faro (CMF). Faro. Pág.18

⁵⁴CHAGAS, I. – *Projecto - Estudo Prévio - Parque de Feiras de Almodôvar*. Relatório do trabalho de fim de curso em Arquitectura Paisagista. Faro: Universidade do Algarve, 2008; Pág. 35

⁵⁵ DOMINGOS, N. - *Estrutura Ecológica Urbana de Faro*. Relatório do trabalho de fim de curso em Arquitectura Paisagista. Faro: Universidade do Algarve, 2008.

Hipsometria

A hipsometria é um modo de representação do relevo através da definição de zonas, de acordo com as curvas de nível presentes no território, permitindo uma melhor perceção das variações altimétricas.

Na área de estudo, considerou-se essencial esta análise pelas variações de cotas que se verifica nesta área, pelo que são definidas 4 classes hipsométricas de acordo com as curvas de nível que abrangem a área, sendo estas, abaixo dos 13m, entre 13 e 15m, entre 15 e 18m, e acima de 18m. (Análise - Peça desenhada: 4)

Declives

O declive do terreno é um fator de caracterização indispensável na medição do relevo. A análise deste permite para além da identificação das divisões no território cuja classe de declive é a mesma, possibilita também classificar quanto à aptidão do território para o suporte de atividades humanas ⁵⁶.

A análise do declive da área de estudo foi efetuada de acordo com o estabelecimento de classes de declives previamente definidas conforme as percentagens de inclinação que são verificadas na área objeto de estudo. (Análise - Peça desenhada: 5)

Deste modo são estabelecidas as seguintes classes de declives:

0 - 6% - Declive muito suave

Esta classe não apresenta qualquer tipo de limitações para o desenvolvimento de qualquer tipo de atividade, ou para a implantação de edificado. Na presença destes declives é possível realizar-se a circulação de peões sem que seja necessário recorrer a escadas ⁵⁷. Grande parte do espaço que constitui a área de estudo, está incluído nesta área de declives.

6% - 8% - Declive suave a moderado

Verifica-se nos declives pertencentes a esta classe algumas limitações no que respeita à circulação pedonal, e ao uso como zona de recreio intensivo. Sendo o declive de 8% o limite até ao qual é possível efetuar rega por aspersão sem que ocorram escoamentos que impeçam a

⁵⁶MAGALGÃES, M. R. - *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Lisboa. Editorial Estampa. 2001. Pág. 353

⁵⁷ *Idem Ibidem*. Pág. 354

infiltração⁵⁸. Existem algumas áreas pontuais pertencentes a esta classe de declive na área de intervenção.

8% - 12% - Declive moderado a acentuado

Para esta classe de declives as limitações são evidentes no que respeita à implementação de atividades de recreio, circulação e construção de edificado. Sendo o limite até onde se pode construir sem necessidade de recorrer a terraceamento⁵⁹. Tal como na classe anterior, são áreas pontuais as pertencentes a esta classe na área de intervenção.

>12% - Declive acentuado

A partir desta classe de declives a implementação de qualquer tipo de atividade ou construção encontra-se condicionada à existência de terraços⁶⁰. Incluem-se nesta classe de declives os taludes que se encontram ao longo da área objeto de estudo, e outras áreas pontuais.

Na área de intervenção verificam-se bastantes oscilações de declives, bastante marcadas, entre locais com declive suave e taludes com valores de declives elevados, o que dificulta a implementação de algumas atividades, bem como o total cumprimento das leis da acessibilidade ao longo de todo o espaço.

Orientação e exposição do terreno

Este estudo requer uma análise das orientações do terreno, em relação aos pontos cardeais. A indicação do tipo de encosta permite ainda saber qual a influência do macro e micro clima existente, tendo em conta a exposição dominante da encosta à radiação solar e aos ventos⁶¹.

De acordo com a análise efetuada, na área de estudo encontra-se encostas direcionadas a sul, e a oeste, o que as classifica como sendo encostas quentes a muito quentes e amenas, o que as classifica com aptidão ao desenvolvimento de atividades de recreio e lazer ao ar livre, pelo conforto bioclimático humano que é proporcionado nestas encostas. (Análise - Peça desenhada: 6)

⁵⁸ MAGALGÃES, M. R. - *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Lisboa. Editorial Estampa. 2001. Pág. 354

⁵⁹ *Idem Ibidem*. Pág. 354

⁶⁰ *Idem Ibidem*. Pág. 354

⁶¹ CHAGAS, I. – *Projecto - Estudo Prévio - Parque de Feiras de Almodôvar*. Relatório do trabalho de fim de curso em Arquitectura Paisagista. Faro: Universidade do Algarve, 2008; p. 35

Vegetação

Na área de intervenção a vegetação existente não foi alvo de qualquer plano de plantação, surge a partir da inexistência de manutenção por parte das entidades responsáveis pelo espaço, o que leva a que a população residente se aproprie deste, aproveitando-o para a plantação de espécies ornamentais numa tentativa de melhorar o aspeto visual do espaço, surgindo diversos canteiros e hortas de frescos.

Este tipo de ocupação fez com que o passar do tempo a vegetação existente se encontre desenvolvida e em número significativo.

Encontram-se neste espaço espécies como *Nerium oleander*, *Melia azedarach*, *Euphorbia pulcherrima*, *Phoenix canariensis*, *Hedera azoica*, *Washingtonia filifera*, *Salix babylonica*, *Buxus sempervirens*. Estas são espécies ornamentais utilizadas apenas com o fundamento de composição do espaço. (Análise - Peça desenhada: 7)

Melia azedarach

Nome Científico: *Melia azedarach*

Sinonímia: *Melia azedarach* var. *subtripinnata* Miq., *Melia japonica* var. *semperflorens* Makino.

Nome Popular: Amargoseira, Amargoseira-do-Himalaio; Conteira; Lilás-das-Índias; Mélia

Família: Meliaceae

Divisão: Angiospermae

Origem: China, Índia.

Ciclo de Vida: Caduca



Figura 16 - Melia azedarach

Fonte: Fotografia da autora

A *Melia azedarach* é uma árvore ornamental, de rápido crescimento, que pode atingir mais de 20m de altura, muito usada em locais públicos, quer em maciços ou alinhamentos, sendo que pelas características tóxicas dos seus frutos, não deve ser utilizada junto de locais de recreio infantil⁶².

⁶²[Consultado em 02/03/2012]. Disponível na Internet: < <http://plantasdechaves.blogspot.com/2011/06/amargoseira-melia-azedarach-l.>>

Nerium oleander

Nome Científico: *Nerium oleander*

Sinonímia: *Nerium indicum*, *Nerium odoratum*, *Nerium odorum*, *Nerium verecundum*

Nome Popular: Espirradeira, cevadilha, oleandro

Família: Apocynaceae

Divisão: Angiospermae

Origem: Mediterrâneo

Ciclo de Vida: Perene



Figura 17 - *Nerium oleander*

Fonte: Fotografia da autora

O *Nerium oleander* é um arbusto utilizado como ornamental em muitas avenidas, parques e junto de estradas, encontra-se plantada quer de forma isolada, quer em grupo podendo constituir sebes e alinhamentos. Esta espécie apresenta folhas bastante tóxicas, tanto para humanos como animais⁶³.

Euphorbia pulcherrima

Nome Científico: *Euphorbia pulcherrima*

Sinonímia: *Euphorbia coccinea*, *Euphorbia erithrophylla*, *Poinsetia pulcherrima*

Nome Popular: Poinsettia, Bico-de-Papagaio, Flor-do-Natal, Estrela de Natal

Família: Euphorbiaceae

Divisão: Angiospermae

Origem: América do Norte, México

Ciclo de Vida: Perene



Figura 18 - *Euphorbia pulcherrima*

Fonte: Fotografia da autora

A *Euphorbia pulcherrima* é uma espécie arbustiva ornamental que pode atingir os 3m de altura, é também bastante cultivada em vasos para decoração, essencialmente na época de Natal⁶⁴.

⁶³Jardineiro [Consultado em 02/03/2012]. Disponível na Internet: <http://www.jardineiro.net/br/banco/nerium_oleander.php>

Phoenix canariensis

Nome Científico: *Phoenix canariensis*

Nome Popular: Tamareira-das-canárias, palmeira-tamareira, palmeira-das-canárias

Família: Arecaceae

Divisão: Angiospermae

Origem: Ilhas Canárias

Ciclo de Vida: Perene

A *Phoenix canariensis* é uma palmeira que pode atingir até 20m de altura, que devido à sua imponência não é indicada para pequenos ou médios jardins. Esta é uma planta tipicamente tropical, tolerante à seca e salinidade do solo, que requer calor para o seu pleno desenvolvimento ⁶⁵.



Figura 19 - *Phoenix canariensis*

Fonte: Fotografia da autora

Washingtonia filifera

Nome Científico: *Washingtonia filifera*

Sinonímia: *Pritchardia filifera*, *Washingtonia filamentosa*

Nome Popular: Palmeira-de-saia, palmeira-de-saia-da-califórnia, palmeira-da-califórnia, washingtonia-de-saia

Família: Arecaceae

Divisão: Angiospermae

Origem: Estados Unidos e México

Ciclo de Vida: Perene



Figura 20 - *Washingtonia filifera*

Fonte: Fotografia da autora

A *Washingtonia filifera* é uma palmeira nativa dos oásis nos desertos da Califórnia, Arizona e noroeste do México, que pode atingir 20m de altura. A

⁶⁴ *Jardineiro* [Consultado em 02/03/2012]. Disponível na Internet: <http://www.jardineiro.net/br/banco/euphorbia_pulcherrima.php>

⁶⁵ *Jardineiro* [Consultado em 02/03/2012]. Disponível na Internet: <http://www.jardineiro.net/br/banco/phoenix_canariensis.php>

sua utilização é recomendada em jardins tropicais e mediterrâneos, avenidas e ruas, principalmente no litoral. Tolerância a sombra parcial durante o dia, a salinidade do solo e o frio subtropical⁶⁶.

Salix babylonica

Nome Científico: *Salix babylonica*

Sinonímia: *Salix × sepulcralis*, *Salix matsudana*, *Salix x blanda*, *Salix elegantissima*, *Salix pendulina*, *Salix babylonica*

Nome Popular: Salgueiro-chorão, Salso-chorão, Chorão

Família: Salicaceae

Divisão: Angiospermae

Origem: China

Ciclo de Vida: Perene



Figura 21 - *Salix babylonica*

Fonte: Fotografia da autora

Os salgueiros-chorões são árvores ornamentais, de porte médio, a altura máxima varia de 10 a 25 metros. A sua copa arredondada é formada por ramos longos e flexíveis, que chegam a tocar o solo.

Geralmente é plantada isolada, como ponto. É normalmente plantada junto de lagos e rios, não devendo ser utilizada em espaços pequenos, pois as suas raízes invasivas podem danificar as estruturas próximas⁶⁷.

Buxus sempervirens

Nome Científico: *Buxus sempervirens*

Sinonímia: *Buxus arborescens*, *Buxus myrtifolia*, *Buxus suffruticosa*

⁶⁶Jardineiro [Consultado em 02/03/2012]. Disponível na Internet: < <http://www.jardineiro.net/plantas/palmeira-de-saia-washingtonia-filifera.html>>

⁶⁷Jardineiro [Consultado em 02/03/2012]. Disponível na Internet: <http://www.jardineiro.net/br/banco/salix_x_babylonica.php>

Nome Popular: Buxinho, buxo, árvore-da-caixa

Família: Buxaceae

Divisão: Angiospermae

Origem: Mediterrâneo, Oriente

Ciclo de Vida: Perene



Figura 22 - *Buxus sempervirens*

Fonte: Fotografia da autora

Arbusto muito utilizado para a topiaria, técnica que consiste em dar forma às plantas mediante o corte, pois a sua folhagem verde escura é resistente e regenera-se bem das podas semestrais. Tem grande durabilidade, exigindo pouca manutenção. É ideal para a constituição de cercas e esculturas vivas ⁶⁸.

Hedera helix

Nome Científico: *Hedera helix*

Sinonímia: *Hedera helix caucasigena*, *Hedera caucasigena*, *Hedera taurica*, *Hedera helix helix*

Nome Popular: Hera, hera-inglesa, heraverdadeirahera, heradeira, hereira, aradeira, hedra, hera-dos-muros, hera-trepadeira

Família: Araliaceae

Divisão: Angiospermae

Origem: Europa, Ilhas Canárias, África e Ásia

Ciclo de Vida: Perene



Figura 23 - *Hedera helix*

Fonte: Fotografia da autora

A hera-inglesa ou simplesmente hera é uma trepadeira multifuncional, pois a sua capacidade de fixação é ideal para que esta seja utilizada para forrar esculturas, dando forma, volume e

⁶⁸Jardineiro [Consultado em 02/03/2012]. Disponível na Internet: <http://www.jardineiro.net/br/banco/buxus_sempervirens.php>

textura às mesmas. É ideal para ser utilizada em zonas húmidas e frias, não sendo tolerante a solos encharcados ⁶⁹.

Esta breve análise permite constatar a inadequação de algumas das espécies presentes neste espaço, encontram-se espécies exóticas, tóxicas, com raízes invasivas, bem como espécies adequadas apenas a locais húmidos e/ou ribeirinhos.

Para além destas, encontram-se outras espécies ao longo deste espaço, ocupando canteiros e hortas, essencialmente localizadas nos taludes que constituem o espaço, os quais apresentam declives nos quais a rega pode provocar escoamentos sem que ocorra infiltração, o que implica o arrastamento de terras, e a necessidade de criação de muros de modo a garantir a estabilização das terras.

Análise Sensorial da Paisagem

A análise sensorial da paisagem consiste no estudo das sensações que são despertadas pelos diversos elementos e situações que durante o reconhecimento do local são suscitadas no visitante, população ou projetista que estuda o local, sendo estas subjetivas e pessoais.

Esta análise culmina no entendimento daquilo que os sentidos retiram numa primeira interação com a área de estudo, sendo esta a interação mais “pura” que pode ser retida do local, pelo facto de constituir o primeiro olhar, sentir, contactar, a que o indivíduo se submete.

Para realizar esta análise sensorial procurou-se uma breve abordagem de acordo com quatro dos cinco sentidos básicos: visão, tato, audição e olfato, de forma a contribuir para uma perceção abrangente da área de intervenção.

Sistema visual

É através da visão que se constrói a parte mais importante da imagem da cidade. O sistema visual de observação do espaço urbano pressupõe o movimento e a apreensão do espaço em sequência visual ⁷⁰.

⁶⁹ *Jardineiro* [Consultado em 02/03/2012]. Disponível na Internet: <http://www.jardineiro.net/br/banco/hedera_helix.php>

Verifica-se a nível visual, na área de estudo, um desequilíbrio cromático, resultante dos amarelos, beges e brancos do edificado visualmente pouco apelativo, contrastante com o verde da vegetação presente de forma desordenada e pouco coerente por todo o espaço. O facto de o edificado ter uma altura considerável em relação ao espaço que o envolve, provoca, para além da sensação que o espaço é confinado, vistas em corredor e ângulos de visão reduzidos na maior parte do espaço, o que não permite ver para além do edificado que envolve o espaço, criando vistas pouco agradáveis e pouco apelativas.

Sistema táctil

No sistema táctil incluem-se todas as perceções térmicas e de fricção com a atmosfera: o vento, as correntes de ar, o calor, o sol e o frio, que também são importantes na vivência, compreensão e caracterização da área objeto de estudo ⁷¹.

O sistema táctil permite obter impressões alusivas a texturas, volumes e relações espaciais referentes ao modo de ocupação da paisagem ⁷².

Na área de intervenção verificam-se diferenças de relevo relativamente significativas, variando entre locais com declive suave e taludes com valores de declives elevados.

Ocorre ainda ao longo do percurso por este espaço um confronto com espaços confinados pela presença de vegetação e de edifícios com uma altura considerável, facto que aumenta a sensação de que este é um espaço pequeno e fechado, alternando com espaços com uma textura suave, com uma amplitude maior e com vegetação reduzida.

Pode ainda considerar-se que existe um contraste entre zonas frias, que se encontram permanentemente com sombra, pela presença já referida da vegetação e do edificado, e zonas quentes que recebem a luz e o calor solar durante um período considerável do dia, e até pela sua exposição predominantemente a sul.

⁷⁰ LAMAS, J. - *Morfologia Urbana e desenho da cidade*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 2004. Pág. 59

⁷¹ *Idem Ibidem*. Pág.59

⁷² CHAGAS, I. – *Projecto- Estudo Prévio -Parque de Feiras de Almodôvar*. Relatório do trabalho de fim de curso em Arquitectura Paisagista. Faro: Universidade do Algarve, 2008; p. 40

Sistema auditivo

No sistema auditivo considera-se os sons que se sentem ao percorrer todo o espaço, e a envolvente.

O espaço é limitado maioritariamente por vias de comunicação, que permitem a ligação a diversos equipamentos, serviços e habitações, o que causa um intenso e constante ruído automóvel, principalmente vindo da Rua Doutor José de Matos, localizada a sul da área de intervenção, a via da envolvente onde se verifica um maior tráfego automóvel.

Este ruído causa não só uma poluição sonora significativa, como também retira qualquer oportunidade de escutar outros eventuais ruídos, que possam ser mais agradáveis.

A intensidade de ruído não se verifica da mesma forma na totalidade da área de estudo, é menos intenso nas partes mais fechadas e recatadas do espaço, onde se verificam recantos proporcionados pelo edificado e vegetação, nas quais a intensidade do ruído que se faz sentir diminui.

Sistema olfativo

Os cheiros são pertença indissociável do espaço urbano, caracterizam os lugares e são partes do meio urbano ⁷³.

No local existe uma mistura de odores, onde se juntam os cheiros da vegetação, da terra, dos veículos que circulam na proximidade e no próprio local, aos quais se junta ainda um leve odor a maresia, pela proximidade com a Ria Formosa. Sendo estes de uma forma geral característicos das áreas que se encontram na proximidade da Ria, não apenas deste espaço especificamente, podendo ser por vezes desagradáveis.

Através desta análise é possível sintetizar os problemas e potencialidades da área em estudo, que deverão ser tidas em conta e possam influenciar nas opções de projeto.

⁷³ LAMAS, J. - *Morfologia Urbana e desenho da cidade*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 2004. Pág. 59

Tendo-se de forma geral, como problemas associados a esta área, uma estrutura urbana visualmente pouco apelativa quer no próprio espaço como na sua envolvente, uma desorganização ao nível da ocupação do território, bem como da disposição da vegetação existente, e ainda o facto das espécies existentes não serem as que melhor se adaptam ao local, sendo algumas delas tóxicas.

Ao nível das potencialidades deste espaço deve ser tido em conta a sua localização e integração na malha urbana, bem como a possibilidade de integrar na proposta para este espaço alternativas que valorizem a ligação entre o edificado e os espaços exteriores, fazendo deste um ponto da cidade não só de passagem, mas sim de paragem e ligação com outros pontos fortes das imediações, bem como a possibilidade de criar soluções que contribuam não só para a melhoria da qualidade de vida da população residente, como de uma forma mais abrangente.

Enquadramento Histórico -Urbanístico e Socioeconómico

Fases do crescimento urbano

Séc. VIII a.C. – Séc. III a.C.

Faro, a cidade que hoje conhecemos, teve origem no morro da Sé, no local que hoje se denomina como Vila-a-dentro.

É por volta do séc. VIII a.C., no decorrer da ocupação Fenícia no Mediterrâneo Ocidental,

que surge a implementação de um importante entreposto comercial no atual morro da Sé, e do primeiro povoado, cercado por muralhas envoltas por canais e ribeiras navegáveis,

características muito diferentes daquelas atualmente se verificam, uma vez que o nível das águas se encontrava cerca de 2 a 3m acima do que se verifica neste momento, estabelecendo-se uma relação mais estreita e direta com a ria. Sendo este núcleo primitivo que constitui a gênese da cidade de Faro, o seu núcleo central ao longo dos tempos ⁷⁴.

Neste período este local foi denominado Ossónoba, considerando inicialmente que este nome provinha de “oss-on-ba” “entre rios”, sendo mais tarde considerado que este tem origem em “Osson-Éba”, ou seja, “armazém no sapal”.⁷⁵

Este entreposto comercial, foi desde logo considerado de grande importância, pois pela sua localização favorável permite a troca de produtos agrícolas, pescados e minerais, o que se manteve ao longo de um período de tempo, inclusive durante o período grego e cartaginês.⁷⁶

O povoado que aí foi estabelecido foi-se desenvolvendo até que em 1200 a.C., lhe foi concedido o título de cidade.



Figura 24 – Evolução urbana (séc. VIII a.C. – séc. III a.C.)

Fonte: Adaptado de - PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro

⁷⁴ PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1993. Pag.46

⁷⁵ *Idem ibidem*, pág. 46

⁷⁶ *Idem ibidem*, pág. 46

Séc. III a.C. – Séc. VIII d.C.

No séc. III a.C. no decorrer da expansão do Império Romano, este povo chega à Península Ibérica, e aí permanecem até ao séc. V. A sua presença na cidade de Ossónoba, faz com que esta perca o caráter de mero entreposto comercial, tornando-a numa das principais cidades do ocidente ⁷⁷.



Figura 25 - Império Romano

Fonte: <http://topazio1950.blogs.sapo.pt/216565.html>

O núcleo até aí desenvolvido, atual Vila-a-Dentro, corresponde a um *Fórum* romano, estruturado por dois eixos principais, *cardus* e *decumanus*, que inclui os mais importantes edifícios administrativos e religiosos, entre os quais o *Templum* que coincidia parcialmente com a atual Sé, diferindo que este se encontraria a uma cota inferior, cerca de 3m abaixo ⁷⁸.

Os séculos III e IV foram bastante prósperos para a região algarvia, particularmente para a cidade de Ossónoba, que apresenta grande relevância administrativa, assinalam-se ainda desta época as mais grandiosas construções de âmbito rural, e a nível económico as grandes exportações de preparados de peixe ⁷⁹.

O desenvolvimento que se verifica a partir desta época leva a que a cidade se expanda para fora das muralhas, estabelecendo dois novos núcleos, que ocupavam a área que atualmente corresponde a Lethes-Algoa-Artistas, o qual acompanhava o traçado dos canais existentes na altura, sendo o outro núcleo correspondente ao atual traçado da Rua Conselheiro Bivar, apresentando uma disposição linear ⁸⁰.



Figura 26 - Evolução urbana (séc. III a.C. – séc. VIII d.C.)

Fonte: Adaptado de - PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro

⁷⁷ RODRIGUES, T. - *Faro na época moderna: do urbanismo à arquitectura*. Tese de Mestrado em História de arte. Faro. Universidade do Algarve - FCHS. 2010. Pág. 11

⁷⁸ PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1993. Pág. 50

⁷⁹ MARQUES, M. - *Algarve da antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa. Fernando Mão de Ferro. 1999. Pág. 50

Este desenvolvimento faz com que se verifique na área envolvente destes núcleos, o aparecimento de uma vasta zona de construção dispersa onde se localizam as hortas que abastecem a cidade ⁸¹.

A partir do ano 50 d.C. desenvolveu-se uma importante comunidade cristã na cidade, o que a caracterizou de forma determinante.

No momento de declínio do Império romano, em 414, os visigodos conquistam Ossónoba, com a anterior cristianização que havia ocorrido e sendo este um povo cristão, a entrada destes não acarreta grandes alterações culturais nem estruturais, apenas de registar a alteração do nome da cidade, passando a denominar-se Santa Maria de Ossónoba ⁸².

Séc. VIII – Séc. XIII

Com a ocorrência de diversos sismos a cidade sofre por esta altura grandes destruições, situação que coincide com a entrada dos árabes na península ibérica, que por sua vez tomam esta cidade, e a reconstroem. Mantendo o seu estatuto de cidade mais importante do sudoeste da Península ibérica. ⁸³

A reconstrução árabe teve por base a Vila-a-Dentro, mantendo a sua estrutura fundamental, num carácter de ocupação mais densificado e sinuoso, e numa cota mais elevada. No local do antigo *Fórum* Romano foi construída a mesquita principal ⁸⁴.



Figura 27 - Evolução urbana (séc. VIII – séc. XIII)

Fonte: Adaptado de - PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro

⁸⁰ PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1993. Pág. 51

⁸¹ PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1993. Pág. 51

⁸² *Idem ibidem*, pág. 51

⁸³ RODRIGUES, T. - *Faro na época moderna: do urbanismo à arquitectura*. Tese de Mestrado em História de arte. Faro. Universidade do Algarve - FCHS. 2010. Pág. 14.

⁸⁴ PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1993. Pág. 55

O perímetro do Vila-a-Dentro sofre alterações, aumentando, com a construção de novas muralhas, com novas portas de ferro. No que respeita ao povoado fora destes, mantêm-se os núcleos existentes, sendo densificados ⁸⁵.

Durante a ocupação árabe ocorrem novas alterações no nome da cidade, sendo inicialmente utilizado o nome moçárabe Shanta Mariya, embora tenha sido o antropónimo Harun derivado do antigo farol ali existente que acabou por originar o atual nome da cidade ⁸⁶.

Séc. XIII - Séc. XV

No decorrer do séc. XIII, em 1249, D. Afonso III e as tropas portuguesas conquistam a cidade, estabelecendo-se na Vila-a-Dentro, mantendo a sua estrutura fundamental, alterando apenas o traçado de algumas vias secundárias, simplificando-as ⁸⁷.

A mesquita árabe aí existente é alvo de reconstrução, com o intuito de dar origem a um templo cristão, que neste caso culminou na Igreja de Santa Maria. Também o nome da cidade é alterado, desta vez a cidade é designada de Santa Maria de Faaron ⁸⁸.

O aglomerado urbano que ocupa o território exterior às muralhas cresce de forma considerável, com a criação de novas áreas de ocupação habitacional e de equipamentos.

Séc. XV – finais do Séc. XVII

Neste período o desenvolvimento urbano é bastante expressivo, verificando-se uma expansão significativa da área edificada e construções de importantes edifícios religiosos, fenómeno que se deve em grande parte à coincidência com a época dos Descobrimentos, e um consequente aumento

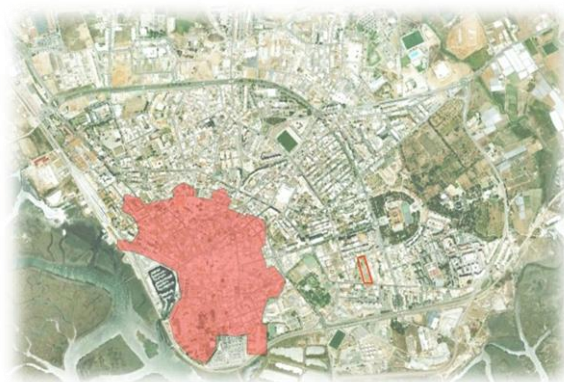


Figura 28 - Evolução urbana (séc. XV –finais do séc. XVII)

Fonte: Adaptado de - PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro

⁸⁵ PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*

⁸⁶ MARQUES, M. - *Algarve da antiguidade aos nossos dias*: 1999. Pág 78

⁸⁷ PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*

⁸⁸ *Idem ibidem*, pág. 62

da atividade comercial, em que o país atravessava uma fase económica favorável.⁸⁹

Em 1540 D. João III eleva Faro a cidade, e em 1577 D. Sebastião transfere para esta cidade a sede do bispado, que até então se encontrava em Silves. Em 1596 a cidade é incendiada pelas tropas Inglesas comandadas pelo conde de Essex, São destruídos muitos edifícios inclusive igrejas e conventos⁹⁰.

Como forma de proteger a cidade do lado terrestre das invasões espanholas é construída em 1660 a cerca seiscentista. Atualmente resta desta cerca um pequeno troço e visíveis configurações de alguns quarteirões, vias e limites de propriedades⁹¹.

Séc. XVIII – 1ª metade do Séc. XIX

Entre o séc. XVIII e XX a população quase duplica em relação à existente, no entanto a área urbana não aumenta, ocorrendo uma densificação da estrutura existente⁹².

Em 1755 ocorre o terramoto que afeta muitas Cidades portuguesas, e Faro não é exceção, sofrendo danos consideráveis que são agravados pelo furacão de 1757, o que leva a uma posterior reconstrução da cidade.

D. Francisco Gomes de Avelar, bispo da diocese algarvia, foi uma personalidade fundamental na reconstrução e redefinição do espaço urbano da cidade de Faro ao recrutar o arquiteto italiano Francisco Xavier Fabri⁹³.

Finais do Séc. XIX – Inícios do Séc. XX

Assiste-se no final do séc. XIX a uma viragem na evolução da cidade, devida sobretudo a novas exigências trazidas pela indústria, pelo que, a partir desta altura o crescimento ocorre de forma racional e planeado, em forma de anel ou coroa⁹⁴.

⁸⁹ *Idem ibidem*, pág. 65

⁹⁰ PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1993. Pág. 65.

⁹¹ RODRIGUES, T. - *Faro na época moderna: do urbanismo à arquitectura*. Tese de Mestrado em História de arte. Faro. Universidade do Algarve - FCHS. 2010. Pág. 24.

⁹² PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1993. Pág. 81

⁹³ RODRIGUES, T. - *Faro na época moderna: do urbanismo à arquitectura*. Tese de Mestrado em História de arte. Faro. Universidade do Algarve - FCHS. 2010. Pág. 24.

⁹⁴ PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1993. Pág. 93

A indústria pesqueira ocupa grande parte da população ativa e o porto de mar que servia a cidade foi até ao final do séc. XIX a principal via de comunicação e escoamento dos produtos da região ⁹⁵.

“O caminho-de-ferro, inaugurado nos finais do século XIX, envolvendo a cidade pelo poente e sul, vem provocar a sua separação com a ria, atenuando de alguma forma a presença das muralhas da Vila-a-Dentro”⁹⁶.

Neste período é ainda notável a destruição do castelo, espaço que é atualmente ocupado pela fábrica da Cerveja.

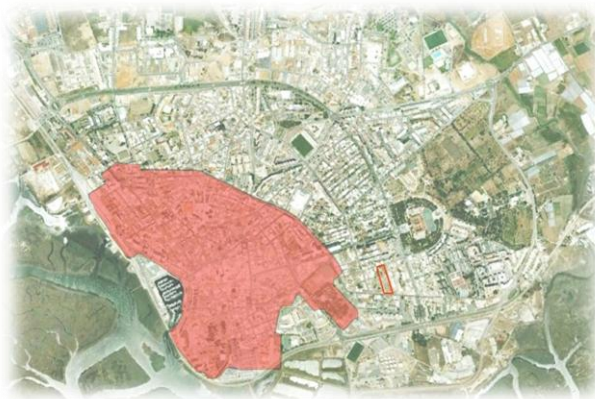


Figura 29 - Evolução urbana (finais do séc. XIX – inícios do séc. XX)

Fonte: Adaptado de - PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro

Segunda metade do Séc. XX - até à atualidade

A expansão da cidade continua a respeitar a forma de anel ou coroa, e adquire uma nova dimensão com a presença de novos equipamentos e organismos públicos de importância regional ⁹⁷.

As hortas urbanas são posteriormente alvo de urbanização, situação onde recai a área de intervenção, uma antiga horta urbana onde na década de 50 do séc. XX são construídos dois

edifícios habitacionais.

Durante séculos, manteve-se a relação estrutural básica entre o território, atividades e sistemas construtivos, contudo nas últimas três décadas o crescimento urbano, o turismo e a "modernização" da agricultura entre outros fatores promoveram profundas transformações



Figura 30 - Evolução urbana (finais do séc. XX)

Fonte: Adaptado de - PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro

⁹⁵ SANTOS, L. - *Faro - um olhar sobre o passado recente*. Loulé. 1997. Pág. 10

⁹⁶ PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1993. Pág. 93

⁹⁷ *Idem ibidem*, pág. 132

urbanas e que se reviu numa rede urbana fragmentada, extensiva, e dispersa contribuindo para alterações paisagísticas profundas ⁹⁸.

O desenvolvimento urbano da cidade de Faro e da envolvente leva a uma perda da continuidade dos mosaicos culturais, urbanos e rurais, ocorrendo uma fragmentação e desarticulação quer dos espaços urbanos quer dos espaços rurais. Os espaços rurais tendem a simplificar-se e os espaços residenciais alargam-se misturando atividades comerciais e serviços, o que leva a emergentes e graves problemas de fragmentação da paisagem e perda de integridade ecológica e cultural, bem como a organização espacial e funcional da paisagem ⁹⁹.

"Do aumento exponencial da superfície construída e do seu padrão territorial resultou a realidade paisagística atual que se caracteriza por uma desorganização generalizada, pela ausência de uma imagem urbana forte e identificável, (...) uma imagem global onde os valores urbanos e rurais tendem a confundir-se, não originando quer um sentido de urbanidade, quer um sentido de ruralidade claros, tratando-se, como já se referiu, fundamentalmente de um problema de identidade da paisagem" ¹⁰⁰.

Surgem fragmentos urbanos e edificados associados à dispersão da urbanização da cidade de Faro, nas quais se incluem os aglomerados urbanos de Montenegro, Gambelas e também o Patação, bem como o pequeno núcleo urbano associado à atividade agrícola, da Conceição ¹⁰¹.

A crescente urbanização e o desenvolvimento da rede viária, estão a fragmentar a planície costeira, nomeadamente a área da Campina, ocupada com edificação dispersa e respetivos acessos, o que está a comprometer a coerência e integridade estrutural e funcional. Esta área bastante plana, fértil e rica em nutrientes e água, associada ao uso agrícola, encontra-se, pelos motivos apontados, cada vez mais descaracterizada e ameaçada pelo desenvolvimento da urbanização dispersa e linear ao longo dos acessos. Causas que contribuem para o desaparecimento do mosaico agrícola e da paisagem a ele associada ¹⁰².

⁹⁸ BATISTA, Desidério - Paisagem, Cidade e Património -Olhão - Faro - Loulé. Proposta para uma estratégia de intervenções integradas de requalificação urbana e valorização ambiental. Évora. Universidade de Évora. 2009. Pág. 216

⁹⁹ BATISTA, Desidério - Paisagem, Cidade e Património -Olhão - Faro - Loulé. Proposta para uma estratégia de intervenções integradas de requalificação urbana e valorização ambiental. Évora. Universidade de Évora. 2009. Pág. 216, 217.

¹⁰⁰ *Idem Ibidem*. Pág. 229

¹⁰¹ *Idem Ibidem*. Pág. 276

¹⁰² *Idem Ibidem*. Pág. 294

Todo o processo descrito contribui para uma ocupação com uma notável falta de planeamento e um desequilíbrio entre os espaços urbanos e rurais que constituem a envolvente da cidade, afastando as pessoas das atividades rurais e do contacto com a paisagem a estas associada, o que leva a novas formas de pensar e novas formas de relacionamento com os espaços exteriores. Sendo urgente agir e intervir no planeamento regional e urbano, garantindo novas metodologias que proporcionem e estimulem a relação entre a população, os espaços urbanos e os espaços exteriores.

Elementos Demográficos

A cidade de Faro ocupa uma área total de 11,5km², e alberga uma população residente de 52268 habitantes, num total de 201,2km² e 64560 habitantes que o concelho abrange ¹⁰³.

De acordo com os dados provisórios dos Censos 2011 do INE, a população mais representativa corresponde a indivíduos de idade adulta, situados na faixa etária entre 25 e 64 anos, quer no sexo feminino como masculino, verificando-se um evidente decréscimo no número de indivíduos nas camadas mais jovens. (Anexo I)

A análise destes dados é representativa de um futuro envelhecimento da população, pelo visível decréscimo da população jovem.

A densidade populacional é de 290,4 habitantes/km² ¹⁰⁴. Nos últimos 10anos o Algarve foi a região do país com o maior crescimento populacional. A população residente passou de 395.218 para 450.484 habitantes, o que corresponde a um aumento de 14%, o que se traduz em cerca de mais 55.250 indivíduos ¹⁰⁵.

Atividades Económicas

De acordo com os dados provisórios dos Censos 2011, disponíveis até á data, constata-se que a taxa de atividade no concelho de Faro é superior a 50%.

¹⁰³ INE 2012. Resultados Provisórios - Censos 2011. 2012. [Consultado em 08/10/2012]. Disponível na Internet: <http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes>

¹⁰⁴ INE, 2012. Resultados Provisórios - Censos 2011. 2012. [Consultado em 08/10/2012]. Disponível na Internet: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3>

¹⁰⁵ CCDR Algarve 2012. *Algarve é a Região do país com a maior taxa de crescimento populacional*. 2012. [Consultado em 08/10/2012]. Disponível em Internet: <http://www.ccdr-alg.pt/ccdr- alg/files/File/documentos/noticias/Censos_20110930_vf.pdf>

A maior parte da população ativa encontra-se empregada no setor terciário devido, em grande parte, à existência de estruturas descentralizadas da administração pública e da Universidade do Algarve, sendo que esta última contribui bastante para a dinamização económica da cidade. Por outro lado, a existência do Aeroporto Internacional de Faro, tem-se revelado um importante pólo de desenvolvimento da atividade turística na região ¹⁰⁶. Atividade esta que contribui fortemente para o desenvolvimento económico da região.

Isto num panorama em que 17,7% da população residente no concelho é analfabeta, 47,14% dos indivíduos possui escolaridade equivalente ao ensino básico, 20,29% dos quais apenas concluiu o 1º ciclo, 10,16% o 2º ciclo e 16,69% o 3º ciclo. No que respeita aos indivíduos que completaram o ensino secundário tem-se uma percentagem de 16,12%, e de 19% relativamente aos que concluíram graduações pós-secundárias, dos quais 17,2% concluiu um curso superior ¹⁰⁷.

¹⁰⁶ IEFP. 2012. [Consultado em 02/10/2012]. Disponível na Internet: <<http://www.iefp.pt/iefp/rede/listagem/Paginas/115.aspx>>

¹⁰⁷ INE, 2012. Resultados Provisórios - Censos 2011. 2012. [Consultado em 08/10/2012]. Disponível na Internet: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3>

Evolução do espaço urbano objeto de estudo e intervenção: de Horta a Área residencial.

Horta urbana

Ao longo do processo evolutivo da cidade de Faro, verificou-se que a urbanização, como já referido anteriormente, se foi desenvolvendo de uma forma mais ou menos dispersa, acompanhada por uma envolvente de espaços agrícolas e hortas que abastecem a cidade.

Estes espaços, à medida que a cidade evolui são alvos de um processo de urbanização numa perspetiva de densificar a malha urbana da cidade, consolidando os espaços.

A área de estudo corresponde a um dos referidos espaços que posteriormente a ter sido uma horta urbana, foi alvo de urbanização. Neste caso específico, o processo de urbanização decorre na década de 60 do século XX, dando lugar ao bairro habitacional, que atualmente aí se encontra. O que se verifica, deve-se à forma como decorreu o crescimento urbano desta cidade, sendo os espaços periféricos do aglomerado urbano sucessivamente ocupados, à medida que se verifica essa evolução.

Área habitacional

As políticas de habitação social, dos anos setenta e oitenta do século passado, tiveram origem na sequência das necessidades de alojamento que se fazem sentir, e que numa primeira instância são resolvidas através da urbanização e construção clandestina, o que posteriormente se revela no reforço das intervenções do estado, e se traduziram em iniciativas concretas legislativas e institucionais, das quais o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), criado em 1969. O FFH teve como fundamento elaborar e executar planos de urbanização com vista à renovação de setores urbanos com más condições, através da introdução de aspetos inovadores que vinham ao encontro das necessidades de natureza estrutural que se verificavam no desenvolvimento das malhas urbanas. Este programa previa o alojamento de uma população específica, e foi sendo desenvolvido até à década de 70, interrompido pela Revolução de 25 de Abril de 1974¹⁰⁸.

¹⁰⁸ FERREIRA, A. – *Anos 1970/1980 – do Fundo de Fomento da Habitação ao Instituto Nacional de Habitação*. 2011 [Consultado em 25/05/2012]. Disponível na internet: <<http://www.fonsecaferreira.net/?p=419>>

O processo de urbanização do local sobre o qual recai o presente estudo, surgiu na década de 60 do séc. XX ao abrigo do FFH.

No início desta intervenção foram construídas apenas algumas das habitações que presentemente se verificam no local, correspondentes a dois dos três edifícios atuais. Na década de 80 do século XX foi construído o terceiro edifício e julga-se que os espaços exteriores que se verificam no local, possam ter sido construídos na mesma data, pois não existe qualquer registo, na Câmara Municipal de Faro, que forneça qualquer informação sobre o projeto dos referidos espaços exteriores públicos.

As habitações deste Bairro foram, desde logo, destinadas aos trabalhadores dos CTT, o que lhe estabeleceu a denominação de Bairro dos CTT, ou Bairro dos Carteiros como é reconhecido pela generalidade da população.

Capitulo IV

Proposta de Intervenção

Programa Base

Com base na análise efetuada e registada no capítulo anterior, desenvolveu-se o seguinte programa base.

A área de estudo, corresponde a um espaço que atualmente se encontra num estado de degradação acentuado, o que leva a que este seja constantemente alvo de crítica e exigência por uma remodelação, por parte da população que usufrui do mesmo. Este espaço foi alvo de uma intervenção que é visível, mas que ao longo do tempo, e essencialmente pela falta de manutenção, e pelo aproveitamento do espaço por parte da população residente de forma indevida, foi sendo deteriorada.

O espaço é utilizado em parte como estacionamento, uma utilização excessiva de acordo com as características do local. Por outro lado verifica-se a utilização de partes deste espaço com canteiros, plantados pelos moradores e alguns já deixados ao abandono, sendo o restante espaço utilizado como corredor de circulação.

Considerando-se este como um espaço que constitui uma oportunidade no contexto urbano, pretende-se a sua reconversão num espaço multifuncional, contemporâneo, dinâmico, ecológico, cultural e social em que se preserve a sua essência, valorizando o seu passado, presente e futuro.

A requalificação deste espaço pretende a criação de um espaço que proporcione novos ambientes que vão ao encontro das necessidades da população, numa perspetiva de trazer uma melhoria da qualidade de vida urbana, não só à população residente, mas sim de forma abrangente a todos aqueles que tenham oportunidade de vivenciar o local.

Propõe-se, de acordo com a análise desenvolvida para esta área, uma diversidade de usos que considerem as carências atuais que o espaço apresenta, retificando-as

Para tal considera-se que a proposta deverá recair sobre, áreas de espaços verdes, de recreio e lazer, espaços de contemplação, e estacionamentos, tentado sempre que possível a

multifuncionalidade dos espaços de forma a evitar o aparecimento de áreas obsoletas aquando a sua possível inutilização.

Estratégia conceptual

O Bairro, objeto de estudo, constitui no início da sua formação, um conjunto de habitações destinadas aos trabalhadores dos CTT, o que o torna conhecido como Bairro dos Carteiros.

A estratégia conceptual é profundamente influenciada pela história do lugar. O seu passado como bairro destinado à habitação dos trabalhadores da empresa CTT fez desde logo que este bairro fosse associado a estes. Ao longo dos tempos, os habitantes do bairro foram deixando de ser exclusivamente indivíduos cuja profissão estaria ligada a esta empresa, ou às suas famílias, mas a denominação manteve-se, ligando de forma permanente este bairro à sua história e vivências.

Numa breve investigação acerca da história dos correios, constata-se que a sua existência se inicia há cinco séculos, atrás sendo inquestionável a sua importância desde logo, uma vez que passam a permitir que se desenvolvam trocas de informação a longas distâncias, pois sendo o homem um ser social, a sua vida só faz sentido enquanto relacionada com os outros. Apesar da evolução que foi ocorrendo na comunicação, com o desenvolvimento de novos meios, o usufruto dos CTT continua a ser imprescindível no estabelecimento de pontos de comunicação, sendo que estes acompanham ao longo dos tempos o desenvolvimento das tecnologias adaptando-se às realidades atuais.¹⁰⁹

A estratégia conceptual baseia-se sobretudo no tipo de comunicação que é estabelecida pelos correios, sendo que se estabelece uma linha comunicativa entre o remetente, que envia informação, e o destinatário que a recebe, criando-se desta forma uma malha comunicativa de acordo com a informação que é enviada e segundo o número de recetores a que esta se destina, sendo tanto maior quanto maior for o número de recetores, como se pretende representar na figura seguinte.

¹⁰⁹ FERRONHA, A. *Correios: Uma história de cinco séculos*. CTT Correios de Portugal, Direcção de Marketing. [Consultado em 02/04/2011]. Disponível na Internet: <http://www.filatelicamente.online.pt/c001/artigo_pdf/revista900_1.pdf>

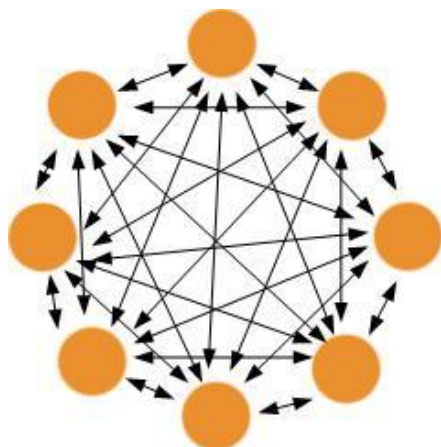


Figura 31 - Representação esquemática da estratégia conceptual

De acordo com as necessidades atuais deste espaço pretende-se com a aplicação deste conceito estabelecer uma organização através do estabelecimento de linhas comunicativas no interior do próprio espaço, assim como o estabelecimento de conexões com locais da envolvente como o Jardim da Alameda, Mata do liceu, ou até mesmo usufruir da proximidade que existe com a Ria Formosa, tornando-o num elo de ligação e de comunicação a vários níveis, dos quais se destaca, ao nível ecológico, sociocultural, didático, etc.

Memória descritiva e Justificativa

Condições prévias

A presente proposta de intervenção corresponde à elaboração do Projeto de Requalificação Urbana e Paisagística dos Espaços Exteriores do Bairro dos CTT, na zona do Bom João em Faro.

Este Bairro conta já com alguns anos de história, sendo as primeiras construções da década de 60 do século XX, e as últimas da década de 80, tal como a intervenção ao nível dos espaços exteriores do mesmo. Durante todos estes anos de história, estes espaços exteriores foram tratados como uma "não prioridade", descuidando o seu papel e a sua importância quer para a qualidade de vida da população, quer para a qualidade do ambiente urbano.

A realização deste projeto, surge da manifesta necessidade de uma proposta de requalificação do espaço público, de forma a contribuir para uma melhoria efetiva das condições de segurança e de conforto humano, e a promover o carácter entretanto perdido. Estes espaços apresentam erros de conceção, de uma intervenção anterior, e problemas de manutenção ao longo do tempo, transformando-os essencialmente num local de estacionamento automóvel, com difíceis acessos, (contrariando a legislação em vigor), no que respeita à acessibilidade e mobilidade, bem como outros problemas que resultam da apropriação dos espaços exteriores públicos por parte dos habitantes, como a utilização de espaços como canteiros, hortas e até para pequenas arrecadações.

Após uma primeira fase de análise, que recai quer ao nível da envolvente urbana, onde se percebe a inserção do espaço na cidade e a relação que se pode estabelecer com outros espaços, quer a nível da área de estudo, através do reconhecimento das problemáticas existentes, procura-se materializar na fase de projeto as opções preconizadas no decorrer da fase anterior, de modo a solucionar os problemas identificados.

Objetivos

A proposta desenvolvida surge na sequência dos objetivos gerais estabelecidos para o presente trabalho, enunciados anteriormente, no *Capítulo I*, sendo que se tem como objetivos específicos desta proposta:

- Requalificação da área em estudo de forma a torná-la num espaço organizado espacial e funcionalmente, de modo a que este seja aceite e vivido principalmente pela população residente, mas que possa também cativar a sua utilização pela população em geral, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Tendo esta requalificação sempre presente a resolução das problemáticas reconhecidas durante o estudo do local.
- Articulação espacial e funcional com a envolvente, potenciando as ligações existentes e estabelecendo novas que possam atrair novos utentes ao espaço, bem como trazer para este espaços elementos que fortaleçam a ligação com pontos fortes da cidade que se encontrem na envolvente imediata.
- Criação de um conjunto espaços diversificados e versáteis, cumprindo os princípios de flexibilidade funcional através da criação de superfícies de uso-múltiplo, que por não estarem vinculadas apenas a uma função, possam servir vários tipos de atividades.
- Estabelecer novas soluções de acessibilidade, instauradas de acordo com o decreto-lei 163/2006 de 22 de Maio, de forma a permitir novos acessos que permitam o acesso a pessoas portadoras de mobilidade reduzida, de acordo com valores de segurança, comodidade, liberdade e independência dos indivíduos.
- Estabelecimento de espaços destinados à criação de "hortas", que possam ser usados por parte dos moradores do bairro, que permitam não só a interação entre a população e o espaço, mantendo e revalorizando, o hábito que estes têm de cuidar e usufruir deste espaço, como reforçar o espírito de entre ajuda e partilha entre vizinhos.
- Restruturação da vegetação ao longo do espaço, utilizando-a em locais estratégicos, não só em locais de estadia e de estacionamento, mas também na demarcação dos distintos espaços.

As opções tomadas no desenvolvimento desta proposta relacionam-se com a organização física e social do espaço, através de princípios de sustentabilidade ecológica e com a sua gestão e manutenção, baseando-se a conceção na modelação e movimentos de terra

essenciais, promoção da infiltração das águas pluviais no próprio local, utilizando o menos possível sistemas complexos de drenagem, e por fim a utilização de vegetação autóctone e materiais de construção simples, que permitam uma boa relação entre a sua função, durabilidade e custo.

Organização espacial

De acordo com a estratégia conceptual definida, que remete para uma organização que interligue todo o espaço, através da associação entre as diferentes zonas, garantindo uma linha de comunicação, bem como extrapolar essa ligação para a envolvente. Propõe-se uma organização espacial que assenta na tipologia de espaços urbanos tradicionais como a alameda e o jardim, pretendendo através da sua reinvenção, a criação de diversos espaços interligados não só pelo programa de projeto, como pelo seu desenho, com os quais se pretende harmonizar a diversidade de espaços que o compõem e que funcionam de forma simultânea, independentes e interligados entre si, constituindo elementos de estadia, recreio e contemplação, mas também de integração paisagística e de produção associada às "hortas".



Figura 32 - Plano Geral

Fonte: Componente Prática - Projeto - Plano Geral

Uma das grandes necessidades que este espaço apresenta, é a designação de lugares específicos para **estacionamento**, de forma a alterar a desorganização que atualmente se verifica, essencialmente pela ocupação excessiva de veículos automóveis, em locais cujo nível de suporte de estacionamento é reduzido.

São propostas 3 bolsas de estacionamento, localizadas junto das entradas do Bairro, e próximo dos edifícios. O que no total perfaz 58 lugares de estacionamento, um dos quais, destinado ao estacionamento para deficientes, optando-se por localiza-lo no lugar mais próximo da residência de um morador portador de mobilidade reduzida.

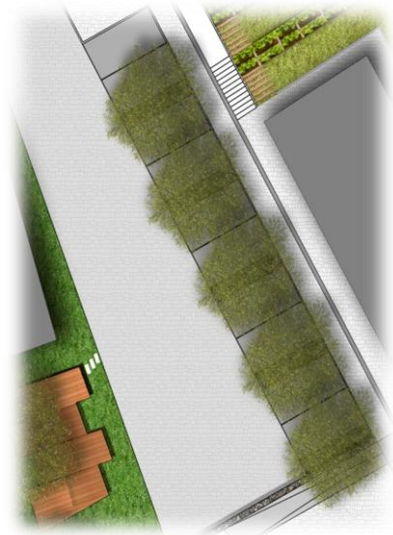


Figura 33 - Estacionamento

Fonte: Componente Prática - Projeto - Plano Geral

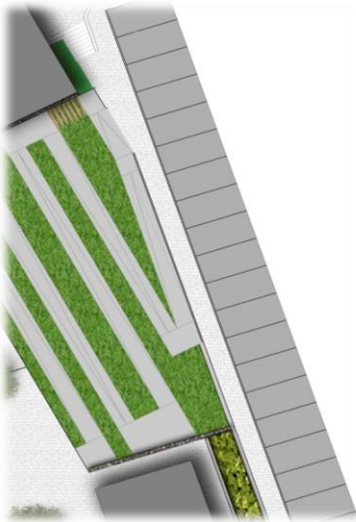


Figura 34 - Estacionamento

Fonte: Componente Prática - Projeto - Plano Geral

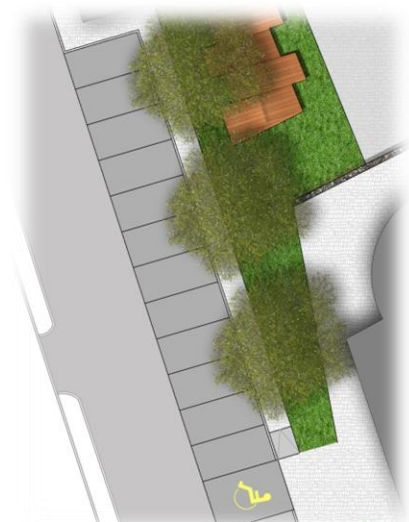


Figura 35 - Estacionamento

Fonte: Componente Prática - Projeto - Plano Geral

Estabelece-se um sistema de mobilidade que permite a circulação automóvel junto aos locais de estacionamento, sendo os restantes espaços exclusivos de circulação pedonal. Tem-se como principal preocupação no desenho deste sistema o estabelecimento de acessos amplos de circulação e que permitam a acessibilidade a indivíduos de mobilidade reduzida, dando cumprimento ao desenho universal, assente na legislação em vigor.

Pretende-se ainda o estabelecimento de ligações que sejam o mais diretas possível, para que facilitem não só o acesso e circulação ao longo do espaço, como também facilitem a passagem através deste.

São propostas diversas **áreas de estadia** ao longo do espaço, as quais implementadas em pontos estratégicos que permitam a existência de vários pontos de paragem. Essas áreas, poderão complementar para além das funções de estadia, também as funções de recreio, lazer e contemplação, dando a estes espaços uma versatilidade implícita.

Uma primeira área, inserida no talude relevado que divide as duas entradas localizadas a norte, é instalado um "deck" de madeira reciclada, para que este possa ser utilizado como espaço de estadia, assim como o relevado adjacente.

Numa segunda área, designada como **Jardim de Quarteirão**, propõe-se a existência de um pequeno jardim entre os edifícios, que permite uma conjuntura mais intimista, privilegiando o ambiente tranquilo e familiar. A combinação entre o espelho de água, o relevado, o "deck" de madeira e uma pergola coberta pela vegetação proposta, pressupõe mais uma vez, a utilização deste espaço como um espaço de estadia, de recreio, e de contemplação, sendo possível esta última,



Figura 36 - Área de estadia

Fonte: Componente Prática - Projeto - Plano Geral

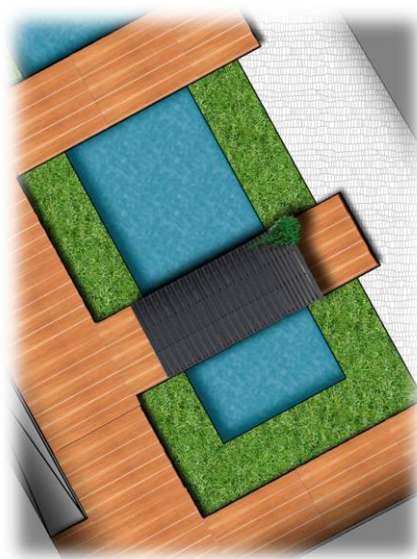


Figura 37 - Área de estadia/ Jardim de quarteirão

Fonte: Componente Prática - Projeto - Plano Geral

quer no próprio local quer a partir do interior dos edifícios. Tem-se neste espaço uma sensação de amplitude e dinâmica, em comparação com a realidade atual, resultado da conjugação entre os elementos existentes e propostos.

No talude que limita a área de intervenção a norte, a criação de socalcos permite uma delimitação, aproveitamento e organização do espaço de acordo com as linhas gerais do projeto, além de permitir a estabilização e proteção do solo. Esta opção constitui uma forma de facilitar a utilização deste espaço. São então implantadas nos referidos socalcos "**Hortas**" que correspondem a pequenos espaços de cultivo de frescos e árvores de fruto, deixando essa plantação a cargo dos moradores do Bairro, mantendo o espírito de entre ajuda e partilha entre vizinhos, o que garante uma maior interação com o espaço.

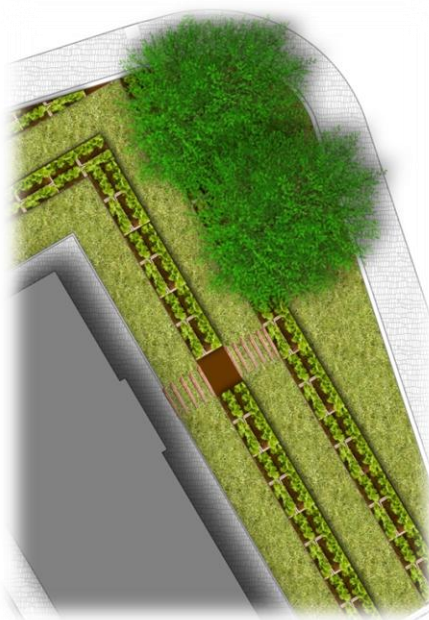


Figura 38 - Hortas

Fonte: Componente Prática - Projeto - Plano Geral

Propõe-se numa das áreas de acesso ao edifício central, o estabelecimento de um percurso que garante não apenas o acesso às habitações, como o enquadramento desta área pela existência de um prado de sequeiro e de um alinhamento arbóreo, que permite uma quebra no visionamento direto sobre o muro que separa a área de intervenção da área envolvente, constituindo também locais de sombra que potenciam a estadia do utilizador. Esta última opção é reforçada pela utilização de mobiliário urbano específico para tal.

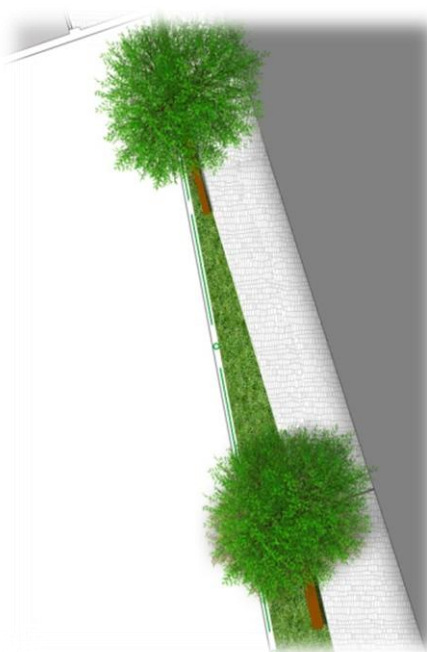


Figura 39 - Área de estadia

Fonte: Componente Prática - Projeto - Plano Geral

Na entrada sul do espaço propõe-se a criação de um espaço que pretende recriar uma **alameda**, onde se conjuga o alinhamento arbóreo com a presença de mobiliário urbano apropriado para a utilização como área de estadia, alternativa aos outros espaços já apresentados, ou simplesmente como local de passagem ou contemplação. Este espaço culmina num talude relvado onde a criação de socalcos permite a inserção de "linhas de comunicação" sob a forma de rampas, bem como de uma escadaria entre estes, facilitando o acesso e circulação nesta área.

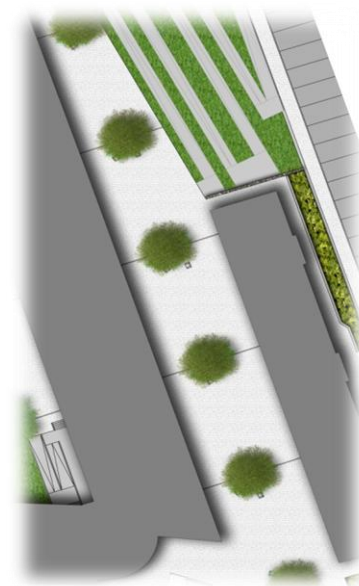


Figura 40 - Alameda

Fonte: Componente Prática - Projeto - Plano Geral

O coberto vegetal tem uma importância fundamental na estruturação do espaço, essencialmente disposta em alinhamentos arbóreos de forma a marcar os principais percursos e as zonas de estadia, com condições de conforto bioclimático e ambiências próprias associadas não só a zonas de estadia e lazer, mas também a locais de circulação. São propostas algumas faixas de relvado principalmente como delimitação de percursos, taludes e adjacente ao espelho de água, bem como a utilização de prado de sequeiro junto a espaços, como o destinado às "hortas". Propõe-se ainda um alinhamento arbustivo junto a um dos muros, situado na zona sul deste espaço, bem como junto dos contentores de resíduos sólidos urbanos, camuflando as vistas menos aprazíveis que destes advém.

Modelação de terreno e Drenagem

A proposta desenvolvida sugere algumas alterações na morfologia do terreno, relacionadas com as diferenças altimétricas que se fazem sentir ao longo do espaço, bem como áreas onde o declive é acentuado, ocorre a necessidade de o suavizar, essencialmente onde seja necessário implementar percursos, por forma a que o declive nesses não ultrapasse os 6%, limite estabelecido no Decreto-lei 163/2006, bem como a utilização de guardas/corrimões, sempre que ultrapasse os 0,40m de altitude, garantindo assim a segurança e proteção dos utentes do espaço.

Ocorre ainda a necessidade de criação de alguns muros de contenção e suporte, bem como taludes nos locais onde a movimentação de terras é maior, de forma a garantir a estabilidade do terreno.

Todas as modificações morfológicas têm em conta para além das normas referidas, a existência do edificado onde é necessário garantir a acessibilidade, introduzindo sempre que necessário e possível, rampas que garantam o acesso a pessoas de mobilidade reduzida, mantendo apenas o acesso por escada onde a inclinação do terreno não permite outra opção.

Os movimentos de terra que advêm da proposta de intervenção, são contabilizados de acordo com o estudo das áreas de aterro e escavação, através do desenho de perfis e posterior cálculo do volume de terra, onde se contabiliza um volume de aterro superior ao volume de escavação, o que implica a aquisição de terras. Apesar deste facto, consideram-se essenciais, as intervenções que são propostas, de forma a reduzir os declives acentuados, garantindo novos percursos que permitam uma circulação mais fluente e uma acessibilidade de qualidade superior aquela que se verificava anteriormente neste espaço.

A modelação do terreno e a drenagem encontram-se interligadas, garantindo-se através da modelação, que sempre que possível, as águas pluviais sejam encaminhadas para as áreas plantadas, ou da utilização de pavimentos permeáveis, como o caso da grelha de enrelvamento em pavê, permitindo a sua infiltração no próprio local.

Quando não se verifica esta possibilidade, as águas pluviais são encaminhadas para o sistema tradicional de pluviais, que permitem a sua recolha e encaminhamento para a rede pública.

Os sumidouros e as caleiras são elementos do sistema de drenagem utilizados pela sua facilidade de inserção no tecido pavimentado, e pela fácil execução e manutenção, pelas estruturas simples que os constitui, sendo estes pré-fabricados em betão simples, e interligados através de tubos PVC que conduzem os pluviais para a rede pública. A sua manutenção regular é indispensável, e requer a limpeza dos dispositivos de entrada, sendo possível também o acesso nas caixas de ligação visitáveis, o que permite uma manutenção mais eficiente deste sistema.

Vegetação

As áreas de intervenção correspondem maioritariamente a espaços estreitos e extensos que se desenvolvem entre os edifícios, criando um efeito de espaço confinado. Procurando-se através das opções tomadas para o sistema de vegetação, soluções que criem uma escala intermédia entre a escala humana e a dos edifícios, e que se proporcione um conforto na utilização do espaço, sem que se mantenha a sensação de enclausuramento, no que respeita ao estrato que funciona ao nível do olhar, reportando-se a utilização de arbustos para as zonas de canteiros.

Procurou-se que as espécies utilizadas nesta proposta incidam em espécies normalmente utilizadas em arruamentos e em espaços urbanos, e com especificidades próprias que se adaptem às condições edafoclimáticas verificadas no local.

A vegetação arbórea proposta relaciona-se com os diferentes espaços onde se localiza bem como com a função a que se destina.

Optou-se pela utilização de Bordo, (*Acer pseudoplatanus*), em alinhamento junto ao estacionamento localizado na zona norte do espaço (Figura 33), de forma a criar uma ambiência própria, proporcionando locais de sombra, com um maior conforto, tanto ao nível do estacionamento como do percurso adjacente. Fenómeno que se inverte durante o período de inverno, sendo esta uma espécie de folha caduca permite incidência de luz solar. Através destas conseguiu-se também demarcar esta zona de receção da área de intervenção, onde se localiza umas das principais entradas no Bairro.

No talude, na zona norte do espaço onde serão implantadas as "hortas" (Figura 37), optou-se pela utilização de Coreutéria, (*Koelreuteria paniculata*), uma espécie imponente, de folha perene que pode marcar este espaço que também constitui um dos limites da área de intervenção. O reduzido número de unidades proposto considera a possibilidade da população vir a plantar árvores de fruto no espaço que lhes é destinado para plantação de legumes e hortaliças.

Numa segunda área de estacionamento, junto de uma das áreas de estadia (Figura 35), optou-se por propor a utilização de Jacarandá, *Jacaranda mimosaeifolia*, pela sua floração arroxeadada, que contrasta com os outros elementos que compõem esta proposta, como também pelo seu porte robusto, e a sua folha caduca que permite tal como referido acerca do *Acer*

pseudoplatanus ensombramento durante o período em que mantem a folha, e permite a passagem da radiação solar enquanto se encontra sem folhas.

Na alameda, optou-se pela utilização da espécie Ameixoeira-dos-jardins, *Prunus cerasifera*, uma espécie de folha caduca, cujo fruto é comestível, sendo este uma espécie de ameixa pequena. A folhagem desta árvore é arroxeadada e a sua flor branca, o que permite uma mudança cromática ao longo do ano. O porte desta espécie é pequeno, atingindo cerca dos 6m de altura, o que possibilita criar a ambiência pretendida para este espaço, pois proporciona áreas de ensombramento para a área de estadia, que se anexa ao alinhamento arbóreo que constitui esta alameda, permite criar um intermedio de escalas entre o edificado e a dimensão humana, e também cria uma demarcação de uma das principais entradas deste espaço. A mesma intenção mantém-se com a utilização de Oliveira, *Olea europea*, em alinhamento (Figura 38), permitindo que estes sejam espaços demarcados que se mantenham visualmente abertos.

No que respeita à vegetação arbustiva proposta, são utilizadas duas espécies Murta, *Myrtus communis*, e Alecrim, *Rosmarinus officinalis*, cuja função ornamental, pela sua floração, e odores característicos, se confunde com o facto de proteger visualmente o muro junto do qual se encontram plantados em canteiros.

O coberto vegetal representa uma parte considerável da ocupação destes espaços, tendo-se optado por três formas, relvado, relvado estruturado com grelhas de enrelvamento e prado de sequeiro.

O relvado cuja composição é de 40% *Festuca arundinacea* "Merlin Gold", 45% *Festuca arundinacea* "Matador", 10% *Poa pratensis* "Brillant", 5% *Poa pratensis* "Midnight", é utilizado em diversas áreas deste espaço de intervenção. São propostas algumas faixas de relvado principalmente como delimitação de percursos, taludes, adjacente ao espelho de água e associado a locais de estadia, é também utilizado na forma estruturada com grelhas de enrelvamento nas áreas de estacionamento, pois a utilização destas grelhas aplica-se quando se deseja a implantação de relvados associados a espaços com capacidade de suportar determinadas cargas e que mantenham uma elevada capacidade de drenagem, como nos estacionamentos privados ou residenciais, o que se aplica na presente proposta.

O prado de sequeiro com a composição de 25% *Festuca arundinacea* "Silverado", *Festuca arundinacea* "Matador", 20% *Festuca rubra tricopyla*, 20% *Lolium perene* "Brighstar", 10% *Poa pratensis* "Bluestar", acompanha o alinhamento de *Olea europea* e ocupa toda a área de talude, onde se encontram inseridos os socalcos para a plantação de hortas.

As espécies existentes atualmente na área de intervenção, face ao seu estado de conservação, serão removidas, considerando-se que alguns exemplares em melhor estado possam ser aproveitados, pretende-se que sejam transplantados para outros locais, da cidade.

Pavimentos e Elementos Construídos

No que respeita à pavimentação propõem-se materiais simples, adequados aos usos propostos, maioritariamente o uso pedonal, considerando uma boa relação custo/durabilidade.

Optou-se, em locais de uso exclusivamente pedonal, pela calçada de calcário miúda branca, de dimensão 0,05x0,05x0,05m e calçada de calcário grada branco, de dimensão 0,10x0,10x0,10m, com alguns apontamentos de calçada de calcário miúda cinza 0,05x0,05x0,05, que demarca uma ligação entre os espaços, apoiada no desenho de projeto.

Na via de circulação automóvel é utilizado o pavê de betão vibro-prensado de cor cinza e a grelha de enrelvamento em pavê de betão vibro-prensado, nas áreas destinadas ao estacionamento automóvel.

Propõe-se ainda algumas zonas de deck de madeira reciclada, numa área sobre o talude relvado e junto ao espelho de água, numa área de estadia e simultaneamente de acesso, junto a um dos edifícios.

Nos remates dos pavimentos propõe-se que estes sejam contidos e demarcados lateralmente por lancis guia em madeira, quando não ocorre qualquer alteração altimétrica entre os pavimentos, quando ocorre uma diferença de cota, propõe-se a utilização de lancis de betão.

Os elementos construídos inseridos nesta proposta assentam essencialmente em rampas e escadas, fator fundamentalmente para garantir a acessibilidade de indivíduos com mobilidade reduzida.

Com as alterações morfológicas que se propõem, são necessários alguns movimentos de terra, que requerem a construção de muros de betão, que permitam a contenção e suporte das terras, sendo também proposto a construção de um muro de betão com capeamento em pedra calcária adequada ao revestimento de muros e paredes, muro esse que permite a divisão entre o Jardim de Quarteirão e uma área de passagem, resguardando esta área, permitindo a criação de um espaço de maior privacidade, para moradores e utilizadores do espaço.

Também no Jardim de Quarteirão propõe-se a construção de um espelho de água e de uma pérgola com vegetação, elementos de composição que permitem a criação de um espaço com uma ambiência singular, através da criação de um espaço que se distingue de todo o resto da intervenção.

Mobiliário Urbano e Iluminação Pública

Ao longo de toda a proposta procura-se encontrar um ponto de equilíbrio entre os elementos proposto e o edificado, o que se garante através da utilização de materiais simples e que estabeleçam uma coerência cromática, o que se aplica também na escolha do mobiliário urbano e iluminação pública.

O mobiliário urbano utilizado na presente proposta encontra-se relacionado com as áreas de estadia, assim serão propostos diversos tipos de bancos de acordo com a área onde se encontram, de forma a garantir uma conciliação entre os elementos que se conjugam em cada espaço.

Ao longo do espaço são determinados pontos estratégicos para a colocação de papeleiras, cinzeiros bem como dispensadores de sacos e depósito de dejetos caninos, de forma a apelar e a facilitar a sua utilização.

A proposta de implementação de pilaretes pretende limitar o acesso automóvel, e o estacionamento indevido em locais que não sejam estipulados para tal. Os pilaretes propostos são rebatíveis, permitindo sempre que necessário o acesso de veículos de emergência.

Propõe-se a introdução de um estacionamento para bicicletas, de forma a promover a utilização da mesma, através de locais próprios que facilitem a sua utilização, e para que este sirva de exemplo para os restantes espaços da cidade, sendo um ponto de partida para que se crie um sistema que facilite e incentive o uso deste veículo.

Todos os espaços se encontram iluminados por diferentes alternativas de iluminação consoante a utilização e função que estes espaços possam ter e de forma a demarcar e valorizar os elementos que o compõem.

Opta-se pela iluminação em altitude para os locais que necessitam uma maior e mais abrangente fonte de iluminação, garantindo a possibilidade de circular e estar em segurança mesmo durante o período noturno.

Propõe-se a utilização de um sistema de iluminação que permita uma demarcação e realce dos elementos através da iluminação em linha contínua encastrada, quer no deck de madeira como também em rampas, esta é utilizada essencialmente de forma a criar ambiências diferentes, sendo esta uma iluminação de potência mais baixa, serve essencialmente para reforçar os limites dos elementos onde é inserida.

Para garantir a visibilidade da vegetação que compõe o espaço, são utilizados projetores próprios para este fim, o mesmo acontece com a iluminação encastrada, imersa no espelho de água, garantindo uma iluminação total do espaço, permitindo todo o tipo de atividades nos períodos de menor luminosidade.

Capitulo V

Conclusão

Assiste-se a um confronto, entre o edificado e o espaço público, num constante conflito de relevâncias, entre os componentes da cidade. Confronto que resulta daquilo que tem sido a evolução da cidade, e da forma como esta tem sido vista ao longo dos tempos.

Atualmente assiste-se, aquilo que resulta de uma atitude, que parte da construção do edificado, e denomina por espaço público urbano o vazio entre a massa construída. O que se traduz, numa problemática que reside no facto de este espaço intersticial, na maioria dos casos, ser apenas um espaço vazio e não um espaço vivo ou passível de ser agradavelmente utilizado.

Muito para além de elementos constituintes e estruturantes da malha urbana os espaços públicos urbanos são espaços físicos, sociais e culturais, constituem elementos da vida quotidiana, são multifuncionais e simbólicos, fontes de expressão urbana, convivência, socialização, encontro cultural, indicadores de valores, fazem parte da história e da evolução humana, e dão sentido à mesma.

Apesar da consciência que existe, em relação aquilo que deverão ser os espaços públicos, e aquilo que é uma necessidade de manter um contato enquanto seres humanos, com a natureza e com tudo aquilo que nos rodeia diariamente, e de ser cada vez mais abrangente a consciencialização dessa necessidade para uma melhor qualidade de vida, são vários os fatores que fazem com que seja negligenciada a relação que se mantém com os espaços exteriores. Desde a forma veloz como se vive diariamente, numa rotina que não permite absorver tudo aquilo que os espaços por onde nos deslocamos nos transmitem, quer o aumento da privatização da vida contemporânea, subvertendo a vida coletiva que outrora constituiu o quotidiano da vida em comunidade, quer também o desenvolvimento de tecnologias que substituem a vivência, comunicação e interação com os espaços exteriores, como também a construção de infraestruturas, que limitam que exista a interação pretendida entre a população e os espaços públicos urbanos, quer pelos edifícios em blocos intermináveis, desmedidos e completamente isolados, quer ainda pelas vias de circulação, parques de estacionamento, viadutos entre tantas outras ligações, que esquecem, e chegam mesmo a impedir a circulação pedonal.

No confronto com uma estrutura da cidade, tão rígida e estática, surge a necessidade da integração de uma malha, em que as várias componentes urbanas (social, ecológica, económica, etc.) se entrelacem de modo a formar um todo flexível, coerente e sustentável.

Sendo que a criação de novos espaços, por si só, não seja suficiente para recuperar as vivências e interligações dos indivíduos com os espaços, é fundamental que a conceção integre soluções que se adaptem às necessidades da população, e não criar espaços aos quais terão que ser as pessoas a adaptar-se.

Apesar da recuperação dos espaços urbanos públicos ser já uma preocupação constante, nas entidades competentes, por vezes e por vários motivos, muitas vezes exteriores às mesmas, as intervenções implementadas acabam por não passar de pequenos arranjos daquilo que anteriormente já se encontra no local, o que na maioria dos casos não corresponde, nem às expectativas, nem às necessidades que os espaços realmente evidenciam.

No que respeita à proposta de requalificação dos espaços exteriores do Bairro dos CTT, foi tido por base o carácter urbano multifuncional, de forma a integrar todos os componentes urbanos, dando resposta aquilo que se considerou ser as necessidades do espaço e dos utentes. Nunca esquecendo os pressupostos de sustentabilidade, introduzido através da multifuncionalidade dos espaços, e na criação de uma trama de espaços onde se estabeleça uma conexão e coerência, de modo a garantir a reconciliação, e um maior aproveitamento do espaço por parte da população.

A dimensão da ambição leva a pensar, por vezes, em grandes projetos e investir em grandes obras, sacrificando os pequenos espaços, como o caso da área de intervenção, que são espaços realmente vividos e explorados pela população, locais de encontro e de passagem, que fazem parte do dia-a-dia das populações.

A opção que é tomada em relação aquilo que se apresenta como uma prioridade de intervenção, advém essencialmente da falta de comunicação entre as entidades e a população que usufrui dos espaços, a falta de contacto, de participação pública, de sessões de esclarecimentos, ou a má divulgação das mesmas, não permite que se mantenha o contacto entre ambas as partes. O envolvimento dos utentes dos locais é uma das componentes fundamentais de um processo de reabilitação desses mesmos locais. A aplicação de opções discutidas previamente com os utentes do espaço em intervenções garante que esses utentes se

envolvam nos espaços de forma mais vincada do que aquilo que acontecia anteriormente à intervenção.

A desmotivação e desmobilização da população, enquadra-se nas tendências que se verificam, face a inúmeros aspetos. Uma progressiva individualização da sociedade traduz-se numa oscilação entre a apatia, cada vez mais profunda e generalizada, e reações esporádicas e violentas de contestação, não havendo mecanismos de mediação e de estruturação do movimento social que permitem estabelecer uma intervenção e de estruturação do movimento social que permitem estabelecer uma intervenção equilibrada da sociedade civil. O sentimento de que na maioria dos casos não são ouvidos, ou de que a informação não circula de forma propositada, leva a que a população se afaste das decisões das entidades competentes na intervenção nos espaços.

No desenvolvimento da proposta para os espaços exteriores do Bairro dos CTT, é tido em conta para além das opções que se consideram essenciais ser tomadas, ao longo da fase de análise, as reivindicações que chegam à Câmara Municipal de Faro por parte de diversos moradores, bem como são tiradas diversas conclusões em conversas informais que se proporcionam em visitas regulares ao espaço e que refletem as principais preocupações, e permitem olhar o espaço numa perspetiva mais próxima daquela que é a perspetiva da população residente. Tornando, ainda mais evidente, aquele que é o objetivo principal da realização deste projeto, a requalificação deste espaço, devolvendo aos utentes a possibilidade de usufruir de um espaço atrativo, funcional, que permite novos acessos, aprazível, uma proposta que possa trazer uma nova vida a este espaço e uma melhoria na qualidade de vida daqueles que dele usufruem.

Em suma torna-se urgente pensar melhor a forma de intervir na cidade, integrando entidades competentes, utentes do local e população em geral, que convidem à (re)utilização dos espaços públicos, pois a qualidade do projeto urbano relaciona-se com a importância que se dá a estes espaços, e para que lhe seja dada essa importância, este terá que ir ao encontro das expectativas que se concretizaram em relação ao mesmo.

Bibliografia

ABREU, C. – *Contributos para a identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* – Volume V. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004

AEA. 2011. *Sobre ambiente urbano*. [consultado em 20/05/2011]. Disponível na Internet: <<http://www.eea.europa.eu/pt/themes/urban/about-the-urban-environment>>

ALVES, F.M. - *Avaliação da qualidade do espaço público urbano*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 2003. ISBN: 972-31-1000-8

APAP - *O Arquitecto paisagista conceito e obra*. Lisboa. 2007. ISBN: 978-972-99467-2-1

APAP - *Trabalhos recentes no estrangeiro de arquitectos paisagistas portugueses*. Lisboa. 2004. ISBN: 972-99467-0-1

AZINHEIRA, C. - *Intervenção do arquitecto paisagista no espaço exterior público urbano na actualidade – caso de estudo Algarve*. Relatório de Estágio do Curso de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. Faro. Universidade do Algarve, Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais. 2006.

BATISTA, D. - *Paisagem, Cidade e Património - o sistema urbano Olhão-Faro-Loulé. Proposta para uma estratégia de intervenções integradas de requalificação urbana e valorização ambiental*. Tese de Doutoramento. Évora. Universidade de Évora. 2009.

BENEVOLO, L. - *História da cidade*. São Paulo. Editora perspectiva.2001.

BETTENCOURT, L. - *Espaços públicos e percursos de continuidade nas cidades contemporâneas. Cidades mais atractivas e vividas. O caso da cidade do Funchal*. Malha urbana n.º9. 2006.

BRITO, J.; SANTOS, A. - *Plano da estrutura verde da cidade de Faro*. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1997

BORJA, J.; MUXI, Z. – *Espacio Público – El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona. Electa. 2003. ISBN: 84-8156-343-9

CABRAL, F.C. - *Fundamentos da Arquitectura Paisagista* - Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa 1993. ISBN: 972-775-123-7

CÂMARA MUNICIPAL DE FARO - *Plano Director Municipal de Faro*. Relatório. Volume II. Câmara Municipal de Faro. Faro. 1995.

CÂMARA MUNICIPAL DE FARO. 2011. [Consultado em 18/04/2011]. Disponível na Internet: <http://www.cm-faro.pt/portal_autarquico/faro/v_pt-PT/menu_turista/concelho/freguesias/>

CCDR Algarve. *Algarve é a Região do país com a maior taxa de crescimento populacional*. 2012. [Consultado em 08/10/2012]. Disponível em Internet: <http://www.ccdr-alg.pt/ccdr-alg/files/File/documentos/noticias/Censos_20110930_vf.pdf>

CHAGAS, I. – *Projecto - Estudo Prévio - Parque de Feiras de Almodôvar*. Relatório do trabalho de fim de curso em Arquitectura Paisagista. Faro: Universidade do Algarve, 2008.

CESUR, Centro de sistemas urbanos e regionais - *Métodos e técnicas para o desenvolvimento urbano sustentável*. Lisboa. Parquexpo. ISBN: 978-972-8106-8

Decreto-Lei 123/97 de 22 de Maio. D.R. I-A Série n.º 118 (1997-05-22). 2540-2544

Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto. D.R. I Série. n.º 152(2006-08-08). 5670-5689

DOMINGOS, N. - *Estrutura Ecológica Urbana de Faro*. Relatório do trabalho de fim de curso em Arquitectura Paisagista. Faro: Universidade do Algarve, 2008.

FERREIRA, A. – *Anos 1970/1980 – do Fundo de Fomento da Habitação ao Instituto Nacional de Habitação*. 2011 [Consultado em 25/05/2012]. Disponível na internet: <<http://www.fonsecaferreira.net/?p=419>>

FERRONHA, A. *Correios: Uma história de cinco séculos*. CTT Correios de Portugal, Direcção de Marketing. [Consultado em 02/04/2011]. Disponível na Internet: <http://www.filatelicamente.online.pt/c001/artigo_pdf/revista900_1.pdf>

FLANNERY, J.A.; SMITH, K.M. - *Urban landscape design*. Leeds, Boston SPA media. 2008. ISBN: 978-3-8327-9275-6

FRANCISCO, M. - *Espaço público urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada*. Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

GONÇALVES, A. – *Acessibilidade e mobilidade no espaço público urbano*; Relatório de estágio do curso de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. Faro. Universidade do Algarve, Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais. 2006

IEFP. 2012. [Consultado em 02/10/2012]. Disponível na Internet: <<http://www.iefp.pt/iefp/rede/listagem/Paginas/115.aspx>>

INE 2012. *Resultados Provisórios - Censos 2011*. 2012. [Consultado em 08/10/2012]. Disponível na Internet: <http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes>

Jardineiro. [Consultado em 02/03/2012]. Disponível na Internet: <<http://www.jardineiro.net/>>

LAMAS, J. - *Morfologia Urbana e desenho da cidade*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 2004. ISBN: 972-31-0903-4

LE CORBUSIER – *Maneira de pensar o urbanismo*. Mem Martins. Publicações Europa-América.

LYNCH, K. – *A boa forma da cidade*. Lisboa. Edições 70. 2008. ISBN: 972-44-1025-0

LYNCH, K. – *A imagem da cidade*. Lisboa. Edições 70. 2008. ISBN: 978-972-44-1411-9

MACHADO, A. - *Os espaços públicos da exposição do mundo português e da EXPO'98*. Lisboa. Parquexpo. ISBN: 978-972-8106-35-5.

MAGALHÃES, A. - *Reabilitação urbana - experiências percursoras em Lisboa*. Lisboa. Parquexpo. ISBN: 978-972-8106-46-1

MAGALHÃES, M. R.- *A arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Lisboa. Editorial Estampa. 2001. ISBN: 972-33-1686-2

MAGALHÃES, M. R. - *Espaços verdes urbanos*. Lisboa. DGOT. 1991.

MARQUES, M. - *Algarve da antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa. Fernando Mão de Ferro. 1999. 972-772-064-1

MANSO, A. - *Espaços exteriores urbanos sustentáveis – guia de concepção ambiental*. Lisboa. Intervenção operacional renovação urbana. ISBN: 972-98133-7-X

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – *A Gestão do Centro Urbano – Tomo II*. Volume 1. Lisboa. Urbe. 2003. ISBN: 972-8731-08-06

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – *A Gestão do Centro Urbano – Tomo II*. Volume 2. Lisboa. Urbe. 2004. ISBN: 972-8731-10-8

MOREIRA, J. - *Árvores e arbustos em Portugal*. Lisboa. Argumentum. 2008. ISBN: 978-972-8479-59-6

NETO, V. - *Propostas da reconversão e requalificação da zona industrial de Faro – contributo para a ligação da estrutura verde urbana de Faro ao parque natural da ria formosa*. Relatório de estágio do curso de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. Faro. Universidade do Algarve, Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais. 2008

OLIVEIRA, A.- Apontamentos da disciplina de *Tipologias de Construção*. Lisboa. Universidade Fernando Pessoa.

PAULA, R. - PAULA, F. - *Evolução Urbana e Património*. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1993. ISBN: 972-95931-0-8

Plano Director Municipal de Faro. Faro. Câmara Municipal de Faro. 1994. Portaria n.º 701-H/08. “D.R. I Série” nº 145(20-07-08). 5106-37-5106-80

RODRIGUES, T. - *Faro na época moderna: do urbanismo à arquitectura*. Tese de Mestrado em História de arte. Faro. Universidade do Algarve - FCHS. 2010.

ROMERO, M. - ANDRADE, L. - *A importância das áreas ambientalmente protegidas nas cidades*. Bahia. XI Encontro Nacional da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planeamento urbano e regional – ANPUR. 2005.

SASSAKI, R. 2006. *O conceito de acessibilidade*. [Consultado em 30/11/2010]. Disponível na Internet: <<http://www.bengalalegal.com/romeusasaki#301>>

SANTOS, A. S. - *Qualidade do espaço público - crítica ao projecto de requalificação do largo de S. Francisco em Loulé*. Relatório de estágio do curso de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. Faro Universidade do Algarve, Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais. 2005.

SANTOS, L. - *Faro - um olhar sobre o passado recente*. Loulé. 1997. 117.901/97

SARAIVA, A. - *Princípios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território*. Mirandela. João Azedo Editor. 2005. ISBN: 972-9001-71-5

SNRIPD – *Guia das Acessibilidades e Mobilidade para Todos* – 2006. ISBN: 978-989-8051-04-2

TELLES, G.; ARAÚJO, I.; MAGALHAES, M. R. [et. al.]. - *Paisagem*. Lisboa. DGOTDU. 1997. ISBN: 972-97022-4-1

TELES, P. - *Os Territórios (Sociais) da Mobilidade - um desafio para a Área Metropolitana do Porto* – Aveiro. Lugar do Plano. 2005

TORRADO, M. - *Paisagens recicladas*. Relatório de estágio do curso de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. Faro. Universidade do Algarve, Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais. 2006

União Europeia. [Consultado em 29/11/2010]. Disponível na Internet: <http://europa.eu/index_pt.htm>

VIDIELLA, A. - *Atlas de arquitectura del paisaje*. Barcelona. Loft. 2008. ISBN: 978-84-92463-27-5

VIDIELLA, A. *Landscape architecture*. Barcelona. Loft. 2010. ISBN: 978-94-60650-33-8

Anexos

Anexo I

Dados Provisórios - Censos 2011

População residente, população presente, famílias, alojamentos e edifícios

<i>Zona Geográfica</i>	<i>População residente</i>			<i>População presente</i>			<i>Famílias</i>	
	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>Clássicas residentes</i>	<i>Institucionais</i>
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Faro	64560	30946	33614	63467	30181	33286	26937	32
Faro (São Pedro)	14577	6995	7582	14198	6788	7410	6229	7
Faro (Sé)	29542	13796	15746	28961	13374	15587	12731	18
Montenegro	8149	4045	4104	8261	4050	4211	3278	0

<i>Zona Geográfica</i>	<i>Alojamentos familiares</i>			<i>Alojamentos</i>	<i>Edifícios</i>
	<i>Total</i>	<i>Clássicos</i>	<i>Outros</i>	<i>Coletivos</i>	
1	10	11	12	13	14
Faro	37973	37769	204	92	17238
Faro (São Pedro)	8688	8597	91	35	3407
Faro (Sé)	17459	17420	39	38	4880
Montenegro	4425	4416	9	8	2647

Alojamentos segundo o tipo de alojamento e a forma de ocupação dos alojamentos familiares

<i>Zona Geográfica</i>	<i>Total</i>	<i>Tipo de alojamento</i>						
		<i>Familiar</i>						<i>Coletivo</i>
		<i>Total</i>	<i>Clássico</i>	<i>Não clássico</i>	<i>Formas de ocupação</i>			
					<i>Residência habitual</i>	<i>Residência secundária</i>	<i>Vago</i>	
<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>9</i>
Faro	38065	37973	37769	204	26374	5782	5817	92
Faro (São Pedro)	8723	8688	8597	91	6096	1043	1549	35
Faro (Sé)	17497	17459	17420	39	12403	2288	2768	38
Montenegro	4433	4425	4416	9	3204	741	480	8

Edifícios segundo a época de construção, número de alojamentos, tipo de utilização e tipo de edifício

<i>Zona Geográfica</i>	<i>Total</i>	<i>Utilização do edifício</i>							
		<i>Antes de 1919</i>	<i>de 1919 a 1945</i>	<i>Com 2 a 6</i>	<i>Com 7 a 12</i>	<i>Com 13 ou mais</i>	<i>Exclusivamente residencial</i>	<i>Principalmente residencial</i>	<i>Principalmente não residencial</i>
1	2	3	4	9	10	11	12	13	14
Faro	17238	1094	1784	2566	757	478	15702	1395	141
Faro (São Pedro)	3407	329	617	592	162	141	2931	423	53
Faro (Sé)	4880	284	506	1085	475	318	4182	643	55
Montenegro	2647	18	81	330	98	15	2471	161	15

<i>Zona Geográfica</i>	<i>Tipo de edifício</i>		
	<i>Clássicos construídos estruturalmente para:</i>		
	<i>Possuir 1 ou 2 alojamentos familiares</i>	<i>Possuir 3 ou mais alojamentos familiares</i>	<i>Outro tipo</i>
1	15	16	17
Faro	14519	2464	255
Faro (São Pedro)	2746	618	43
Faro (Sé)	3373	1369	138
Montenegro	2337	275	35

Alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de infraestruturas, estacionamento e o regime de propriedade

<i>Zona Geográfica</i>	<i>Total</i>	<i>Água</i>		<i>Sistema de drenagem de águas residuais</i>		<i>Instalação de banho ou duche</i>	
		<i>Com água canalizada</i>	<i>Sem água canalizada</i>	<i>Com sistema de drenagem de águas residuais</i>	<i>Sem sistema de drenagem de águas residuais</i>	<i>Com instalação</i>	<i>Sem instalação</i>
1	2	3	4	5	6	7	8
Faro	26374	26055	319	26110	264	25817	557
Faro (São Pedro)	6096	5993	103	6005	91	5914	182
Faro (Sé)	12403	12351	52	12371	32	12284	119
Montenegro	3204	3190	14	3191	13	3173	31

<i>Zona Geográfica</i>	<i>Lugar de estacionamento</i>		<i>Regime de propriedade</i>		
	<i>Com estacionamento</i>	<i>Sem estacionamento</i>	<i>Proprietário ou coproprietário</i>	<i>Arrendamento ou subarrendamento</i>	<i>Outros</i>
1	9	10	11	12	13
Faro	9730	16440	16938	7131	2101
Faro (São Pedro)	1876	4129	3663	1914	428
Faro (Sé)	3049	9315	7885	3518	961
Montenegro	2001	1194	2269	691	235

Famílias clássicas, segundo a sua dimensão

<i>Zona Geográfica</i>	Famílias clássicas segundo a dimensão (pessoas residentes)					
	<i>Total</i>	<i>Com 1</i>	<i>Com 2</i>	<i>Com 3</i>	<i>Com 4</i>	<i>Com 5 ou mais</i>
1	2	3	4	5	6	7
Faro	26937	7451	8865	5776	3646	1199
Faro (São Pedro)	6229	1876	2009	1321	773	250
Faro (Sé)	12731	3794	4218	2608	1631	480
Montenegro	3278	790	1003	789	537	159

População residente, segundo grupos etários e sexo

<i>Zona Geográfica</i>	<i>Total</i>			<i>0 - 14 anos</i>			<i>15 - 24 anos</i>		
	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Faro	64560	30946	33614	9402	4836	4566	6393	3187	3206
Faro (São Pedro)	14577	6995	7582	2266	1186	1080	1361	673	688
Faro (Sé)	29542	13796	15746	4037	2055	1982	3083	1516	1567
Montenegro	8149	4045	4104	1438	739	699	743	381	362

<i>Zona Geográfica</i>	<i>25 - 64 anos</i>			<i>65 ou mais anos</i>		
	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
1	11	12	13	14	15	16
Faro	37031	17815	19216	11734	5108	6626
Faro (São Pedro)	8425	4097	4328	2525	1039	1486
Faro (Sé)	17053	7927	9126	5369	2298	3071
Montenegro	4919	2421	2498	1049	504	545

População residente, segundo o estado civil legal e o sexo

<i>Zona Geográfica</i>	<i>Total</i>			<i>Solteiro</i>			<i>Casado</i>		
	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Faro	64560	30946	33614	28831	14945	13886	26275	13158	13117
Faro (São Pedro)	14577	6995	7582	6784	3528	3256	5589	2794	2795
Faro (Sé)	29542	13796	15746	13206	6645	6561	11783	5880	5903
Montenegro	8149	4045	4104	3792	1997	1795	3450	1726	1724

<i>Zona Geográfica</i>	<i>Divorciado</i>			<i>Viúvo</i>		
	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
1	11	12	13	14	15	16
Faro	4965	2027	2938	4489	816	3673
Faro (São Pedro)	1201	516	685	1003	157	846
Faro (Sé)	2490	911	1579	2063	360	1703
Montenegro	565	254	311	342	68	274

População residente segundo o nível de instrução mais elevado completo e sexo

<i>Zona Geográfica</i>	<i>Total</i>			<i>Nenhum</i>			<i>Básico</i>					
	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>1º Ciclo</i>			<i>2º Ciclo</i>		
							<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Faro	64560	30946	33614	11466	5403	606 3	13098	6332	676 6	6560	3648	2912
Faro (São Pedro)	14577	6995	7582	2789	1326	146 3	2723	1278	144 5	1486	838	648
Faro (Sé)	29542	13796	15746	4609	2162	244 7	5573	2550	302 3	3017	1642	1375
Montenegro	8149	4045	4104	1423	690	733	1251	649	602	661	347	314

<i>Zona Geográfica</i>	<i>Básico</i>			<i>Secundário</i>			<i>Pós-secundário</i>			<i>Superior</i>		
	<i>3º Ciclo</i>											
	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
1	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Faro	10778	5675	5103	10406	4956	5450	1145	638	507	11107	4294	6813
Faro (São Pedro)	2443	1299	1144	2349	1129	1220	240	140	100	2547	985	1562
Faro (Sé)	5222	2702	2520	5054	2392	2662	491	267	224	5576	2081	3495
Montenegro	1313	745	568	1410	722	688	177	100	77	1914	792	1122

Anexo II

Anexo Fotográfico



1 ► Localização da Fotografia (Número e Direção)

Foto1



Foto 2



Foto 3



Foto 4



Foto 5



Foto 6



Foto 7



Foto 8



Foto 9



Foto 10



Foto 11



Foto 12



Foto 13



Foto 14



Foto 15



Foto 16



Foto 17



Foto 18



Foto 19



Foto 20



Foto 21



Foto 22



Foto 23



Foto 24



Foto 25



Foto 26



Foto 27



Foto 28

